

# *A Internacional*

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da Quarta Internacional (CORQI)

Nem Putin, nem Biden e aliados:  
não à união nacional com os  
governos fautores de guerra!

Tropas russas, fora da Ucrânia!  
Dissolução da NATO!



Moscovo, 24 de Fevereiro: logo no primeiro dia de guerra, trabalhadores e jovens manifestam-se ao grito de "Não à Guerra!"



## Índice

---

### Notas Editoriais

Página 3

- Declaração do Comité de Organização Pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) 28 de Fevereiro de 2022

Página 5

### Documento

---

- Nota de Informação da Tendência Comunista Internacionalista
- Um Texto de Leão Trotsky: “a Questão Ucraniana” (22 de Abril de 1939)

Página 11

Página 15

### Análise

---

- Ucrânia: Revolução ou Desmembramento das Nações? (Março de 2014)

Página 20

### Dossiê

---

- A IVª Internacional e a Luta Contra a Dupla Opressão das Mulheres

Página 30

### Correspondências d’A Internacional

---

Página 39

- Argélia
- Azânia/África do Sul
- Brasil
- México

## ***A Internacional***

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

## Aviso

---

*A Internacional* é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

---

**D**esde o dia 24 de Fevereiro de 2022, dia em que se iniciou a agressão do regime russo contra a Ucrânia, há guerra no continente europeu. A redacção d'A Internacional modificou o índice de matérias inicialmente previsto para este número 25 da revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI), de modo a ajudar os leitores do mundo inteiro a compreenderem o que se passa. Que natureza tem esta guerra? Será possível penetrar-lhe a superfície sem, seguindo o método de Lenin, escavar a raiz económica e social da guerra, isto é, a crise do regime assente na propriedade privada dos meios de produção? O que está por trás da ofensiva que o imperialismo americano há um ano tem em marcha contra a China? Para a classe trabalhadora e, especificamente, para os militantes empenhados na reconstituição da IVª Internacional e na construção de partidos operários revolucionários em cada país, que tarefas derivam desta nova situação? Que palavras de ordem põe a guerra na ordem do dia? Como se põe a questão da construção do partido revolucionário nesta nova situação? A declaração adoptada em 28 de Fevereiro pelo Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) tem em vista fornecer aos trabalhadores, aos militantes, aos jovens, respostas a estas perguntas. Intitula-se: *“Tropas russas fora da Ucrânia! Dissolução da NATO!”* Duas palavras de ordem inseparáveis: senão, corre-se, nos países imperialistas, o risco de adaptação à união nacional selada entre os governos capitalistas e os dirigentes dos partidos e organizações que se reclamam dos trabalhadores, dirigentes alinhados com a NATO e com Washington. Ou então de adaptação à política, inteiramente reaccionária, do regime oligárquico mafioso do Kremlin, que com esta guerra mais não faz do que exprimir a política secular de opressão nacional chauvinista “grã-russa” contra a nação ucraniana oprimida, política que foi a do czarismo e foi depois a do estalinismo. A estas palavras de ordem inseparáveis, o título da declaração do CORQI acrescenta: *“Nem Putin, Nem Biden e seus aliados: contra a união nacional com os governos fautores de guerra”*. Nesta “guerra da época do imperialismo decadente” assistiu-se, com efeito, tanto nos principais países imperialistas como na Rússia, à adesão dos principais dirigentes dos partidos e organizações que se reclamam dos trabalhadores ao campo da guerra e da união nacional com os seus próprios governos. Para nós, que nos reclamamos do programa da IVª Internacional, no cerne da nova situação está a luta contra a união nacional, pela independência do movimento operário e por ajudar os trabalhadores a levar a cabo a sua luta de classe contra os governos fautores de guerras e a sua política. Para tal, não é possível deixar de chamar os bois pelos nomes. Leia-se neste número a nota de informação da Tendência Comunista Internacionalista de França, publicada no dia 6 de Março à intenção *“dos trabalhadores, militantes, jovens, grupos e organizações do mundo inteiro que consideram que o programa da IVª Internacional mantém inteira actualidade face à*

*guerra que rebenta na Ucrânia, rejeitando qualquer forma de união nacional com o seu próprio governo.”* Este documento recorda o que a IVª Internacional é – e o que ela não é. Lutar contra a união nacional e ajudar os trabalhadores a libertarem-se desta armadilha não significa apenas lutar contra os apelos à união nacional lançados pelos governos capitalistas; significa também lutar pela ruptura das organizações operárias com a união nacional. Inversamente, aqueles que – a exemplo do grupo revisionista em França – camuflam o compromisso dos dirigentes com a união nacional e o fazem para camuflar a sua própria renúncia à construção de um partido operário independente, não podem invocar, para isso, a bandeira sem mácula da IVª Internacional. Os acontecimentos em curso no continente europeu não se podem compreender sem partir da crise do regime assente na propriedade privada dos meios de produção. Mas a guerra travada por Putin na Ucrânia põe uma vez mais a questão nacional, no caso vertente a “questão ucraniana”, à qual Leão Trotsky, em Abril de 1939, dedicou um artigo que reeditamos neste número. Nele, Trotsky recorda que *“o Partido Bolchevique conseguiu, não sem dificuldades, a pouco e pouco, sob a pressão incessante de Lenin, formar uma ideia correcta da questão ucraniana”*, pronunciando-se, pois, pelo direito à autodeterminação. No entanto, muito embora a revolução de Outubro de 1917 e a constituição da URSS tivessem permitido um desenvolvimento considerável da cultura e da nação ucraniana, a degenerescência burocrática contra-revolucionária estalinista que se seguiu, a sua repressão, os seus crimes na Ucrânia, a fome que impôs – inverteram os termos do problema. *“Quanto maiores foram as esperanças suscitadas, maior foi a desilusão”*, escreve Trotsky, para quem, em 1939, *“é preciso uma palavra de ordem clara e precisa, que responda à nova situação. Em minha opinião, existe, actualmente, uma única palavra de ordem assim: por uma Ucrânia soviética, operária e camponesa, unida, livre e independente!”* Na época em que Trotsky escreve, a Ucrânia está despedaçada e esquartejada entre a União Soviética e partes da Ucrânia dominadas pela Polónia, pela Hungria, etc. A perspectiva da “independência de uma Ucrânia unificada” não mete medo a Trotsky. *“Mas que mal tem? A adoração beata das fronteiras dos Estados é-nos totalmente alheia”*, escreve. Em contrapartida, vinca que *“o programa da independência ucraniana na época do imperialismo está directa e indissoluvelmente ligado ao programa da revolução proletária. Seria criminoso alimentar a mínima ilusão nessa matéria.”* Através da questão específica da Ucrânia, este documento reeditado pel'A Internacional restitui o método do marxismo sobre a questão nacional ou democrática no seu todo e as relações entre luta pela democracia e luta pelo socialismo. Os acontecimentos agora em curso mergulham raízes nos acontecimentos de 2014 na Ucrânia, em que oligarcas corruptos ligados a Moscovo foram expulsos do poder por outros oligarcas, igualmente corruptos, apoiados nas milícias fascistas e ligadas à NATO e à União

## ● NOTAS EDITORIAIS

&gt;&gt;&gt;

Europeia. Os acontecimentos actualmente em curso suscitam uma vez mais a necessidade de caracterizar a natureza desta camada mafiosa saída da decomposição da burocracia da URSS em 1991 (camada que reina há trinta anos tanto na Rússia como na Ucrânia ou no Cazaquistão) e da sua relação com o imperialismo. Conforme recorda o artigo “Ucrânia, revolução ou desmembramento das nações?” (datado de Março de 2014, que reeditamos neste número), é indiscutível que a queda da URSS em 1991 – produto da ofensiva do capital financeiro para abrir este gigantesco mercado, que ainda lhe escapava em grande parte – não se traduziu numa consolidação dum burguesia nacional que desenvolvesse o capitalismo pelos métodos tradicionais do crescimento da indústria e da extorsão de mais-valia, mas pelo alastramento de um capitalismo de pilhagem, mafioso, que gangrena toda a economia mundial, um capitalismo assente, antes de mais nada, na destruição maciça de forças produtivas. Esta restauração capitalista de tipo particular começou por satisfazer as exigências do capital financeiro. Rapidamente, porém, entrou em colisão com os seus limites. Primeiro porque, conforme salienta o artigo publicado neste número, não conseguiu levar até às últimas consequências a tarefa que se lhe atribuía, de abater todos os segmentos da propriedade social. Por outro lado, porque a constituição destas mafias gigantescas não quadra exactamente com a forma de pilhagem desejada pelos círculos dirigentes do capital financeiro na fase actual da decomposição imperialista. As gigantescas riquezas naturais da ex-URSS, se bem que não escapem ao sistema imperialista na globalidade, não se encontram sob a alçada directa das multinacionais que dominam a economia capitalista. Neste ponto de vista, estas multinacionais precisam de ir mais longe. Isto conduz o imperialismo a embater naquilo que ele próprio contribuiu grandemente para fabricar: a camada de especuladores saída da velha burocracia estalinista que hoje domina o Estado (ainda proprietário de vastos segmentos da economia). Em função das suas necessidades próprias, esta camada não vê com bons olhos a tentativa do capital financeiro americano de agarrar directamente estes negócios, atentando contra os seus monstruosos privilégios. Não que isso lhe confira a mínima virtualidade “progressista”. Eis porque as matérias que este número d’*A Internacional* faculta aos seus leitores podem ajudar a articular uma política operária independente, uma posição internacionalista consequente. São, pois, um instrumento para a construção do CORQI e das suas organizações empenhadas na luta pela reconstituição da IV<sup>a</sup> Internacional. Mas são também uma contribuição para o bom sucesso de dois eventos de vulto que as organizações e militantes do CORQI querem assegurar nos próximos meses.

Por um lado, a conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária (Paris, 29 e 30 de Outubro de 2022), a que o Comité Operário Internacional e 60 militantes de todas as tendências de

57 países apelam, adquire um novo lugar com a extensão da guerra no continente europeu. Como referia um militante russo menos de três semanas antes da agressão contra a Ucrânia: “*Enquanto comunistas russos, o nosso primeiro dever é opormo-nos às tendências imperialistas do nosso próprio governo. Não apoiamos a ditadura do grande capital no nosso país. O regime oligárquico de Vladimir Putin faz o que todos os regimes reaccionários sempre fizeram: invocar uma ameaça externa para atacar sistematicamente os direitos sociais e políticos dos trabalhadores. Isso não significa nenhuma, a mínima benevolência para com os imperialistas da NATO. (...) Os governos dos Estados Unidos e da Europa carregam, portanto, uma pesada parte de responsabilidade pela escalada. (...) A única maneira de sair da confrontação no interesse dos trabalhadores e das amplas massas populares na Rússia e no mundo não é alinhar com um destes estandartes imaginários (brandidos por bandos tão repugnantes uns como os outros), mas defender os nossos próprios interesses: contra a guerra, por um novo Zimmerwald; contra o capital mundial, pela Internacional Operária; contra a “economia de mercado”, pela República universal dos Conselhos.*” Não é imodéstia dizer que a referência a Zimmerwald\* nada tem de incongruente. Sim, chegou a hora de reagrupar militantes do movimento operário de todos os países que rejeitam a união nacional atrás dos governos fautores de guerra.

O segundo evento de vulto que as organizações e militantes do CORQI querem ver bem sucedido é a conferência internacional das mulheres trabalhadoras, enquadrada no âmbito da conferência mundial, mas com a sua própria dinâmica. Neste número d’*A Internacional* ler-se-ão três contribuições de camaradas, dos Estados Unidos, de França e do Paquistão, que mostram o alcance revolucionário da luta dos marxistas contra a “dupla opressão das mulheres”, quando, em tantos países do mundo, as mulheres trabalhadoras ocupam postos avançados da luta de classes. Uma vez mais, está em causa recuperar as melhores tradições do movimento operário nesta matéria, as que fizeram com que a II<sup>a</sup> Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1910, em Copenhaga, organizasse, para cada dia 8 de Março, uma jornada de luta das mulheres trabalhadoras que ligasse luta contra a guerra e contra a exploração, luta pelo derrube do capitalismo e luta pela emancipação do espartilho do patriarcado. Caberá ao Comité Internacional do CORQI, que se reunirá em meados de Março, continuar esta elaboração sobre a nova situação que se abre e as tarefas que dela derivam.

**A Internacional, 8 de Março de 2022**

\* De 5 a 8 de Setembro de 1915, reuniram-se nesta aldeia suíça de Zimmerwald trinta e oito militantes socialistas opostos à guerra imperialista. Lenin e os bolcheviques agruparam ali a “esquerda de Zimmerwald”, em que participou Leão Trotsky.

## Declaração do Comité de Organização pela Reconstituição da IV<sup>a</sup> Internacional 28 de Fevereiro de 2022

# Tropas russas fora da Ucrânia! Dissolução da NATO! Nem Putin, nem Biden e seus aliados! Não à união nacional com os governos fatores de guerra!

**1** A guerra iniciada na Ucrânia pela invasão das tropas russas provoca a legítima indignação dos trabalhadores do mundo inteiro. Logo nos primeiros minutos do conflito, o Comité de Organização pela Reconstituição da IV<sup>a</sup> Internacional (CORQI) condenou a agressão, exigindo a retirada imediata das tropas russas. Fiel aos princípios de independência da classe trabalhadora, o CORQI apelou, do mesmo passo, aos trabalhadores e organizações para que se recusassem a alinhar na união nacional com que se pretende unir as organizações dos trabalhadores aos capitalistas e governos de cada país, a pretexto da condenação exclusiva do governo russo. Sendo a responsabilidade criminosa do regime de Putin uma evidência, o facto é que o contexto em que ela se inscreve é marcado por meses e meses de escalada militar e por provocações cuja responsabilidade cabe ao imperialismo americano e ao seu braço armado, a NATO, e a todos os governos capitalistas alinhados debaixo da sua bandeira. Os lutadores pela reconstituição da IV<sup>a</sup> Internacional, fiéis à bandeira do internacionalismo proletário, recusam seguir os dirigentes de organizações de trabalhadores que têm aceitado integrar o quadro de união nacional com os gover-



Arredores de Donetsk, Janeiro de 2022

nos fatores de guerra. Os lutadores pela reconstituição da IV<sup>a</sup> Internacional consideram que o principal inimigo da classe trabalhadora em cada país é o seu próprio governo. Esta orientação teve expressão prática, por exemplo, no apelo lançado, em França, pelo Partido Operário Independente Democrático (de que são membros os militantes do CORQI em França). O título do apelo era: “Abaixo a guerra!”; declarava ainda: “Nós, em França, trabalhadores e jovens, não queremos nada com a guerra, estamos ao lado dos trabalhadores da Ucrânia, vítimas da invasão de Putin, ao lado dos trabalhadores russos que se manifestam contra a guerra, ao lado dos trabalhadores do mundo inteiro amantes da paz e da liberdade. Não depositamos nenhuma confiança em Macron, que, no exterior, trava guerras

contra os povos, nomeadamente em África e, no interior, uma guerra social contra os trabalhadores e os jovens. Não há saída com Putin, nem com Biden, nem com Macron, todos eles fatores de guerra. A saída está na unidade dos povos e dos trabalhadores do mundo inteiro contra a guerra e a exploração. Tropas russas, fora da Ucrânia! Tropas francesas, fora de África! Tropas americanas e da NATO, fora da Europa!”

O CORQI regozija-se pelos milhares de trabalhadores e jovens que, em três dias, assinaram o apelo do POID, assim dizendo que, em França como em todos os grandes países imperialistas, os trabalhadores recusam seguir as consignas dos dirigentes das organizações de trabalhadores que os chamam a unirem-se às suas próprias burguesias.

## ● DECLARAÇÃO DO CORQI

&gt;&gt;&gt;

**2** Em prefácio à sua brochura “O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo”, dizia Lenin, em 1917, que a brochura devia servir para os trabalhadores compreenderem “*um problema económico capital sem cujo estudo é impossível compreender seja o que for do que é a guerra hoje e do que é a política hoje, refiro-me à natureza económica do imperialismo.*” Nessa mesma obra, Lenin especifica: “*As guerras imperialistas são absolutamente inevitáveis enquanto subsistir a propriedade privada dos meios de produção.*” Fora do contexto do imperialismo decadente e em decomposição, não se pode compreender a guerra iniciada com a entrada das tropas russas na Ucrânia. O que era aplicável à primeira guerra imperialista mundial de 1914-18 também se aplica à guerra actualmente em curso, embora o contexto seja evidentemente diferente. A guerra actual, embora não sendo uma guerra mundial, tem aspectos de guerra mundial. No terreno ucraniano em que se defrontam, directamente, Rússia e Ucrânia, estão também, atrás da Ucrânia, as principais potências imperialistas reunidas na NATO. E, de modo porventura menos directo, a ofensiva imperialista contra a Rússia visa igualmente a China.

**3** Quais são as raízes económicas da guerra? A crise profunda do regime capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção. A sobrevivência de tal regime faz-se à custa de processos que se afastam cada vez mais da esfera da produção de mais-valia, retornando depois a ela sob a forma de uma pressão reforçada sobre a classe operária e as suas organizações. Lembremos a pergunta que Nixon fez em 1971, quando o imperialismo decidiu desvincular o dólar do ouro: “então e a seguir, o quê?” Desde essa altura, a classe dirigente provocou todas as manipulações especulativas, monetárias e financeiras que nos trouxeram bolhas especulativas e



Kiev bombardeada, 26 de Fevereiro

crises sucessivas, nomeadamente em 2000, 2007-08 e, mais recentemente, por ocasião da pandemia. Depois da queda do muro de Berlim, generalizou guerras sem fim, despedaçando nações e fazendo os povos pagarem a necessidade de desenvolver uma indústria de armamento em constante expansão. Reduz-se sempre tudo à fórmula de Marx: “*o capital é dinheiro sempre a desabrochar*”. E, para desabrochar seja lá como for, ele há-de continuar a desabrochar mesmo quando se tornam cada vez mais escassos os meios para se valorizar na produção directa de mercadorias. Daí que, hoje, os accionistas sejam cada vez mais investidores institucionais de considerável potência financeira: fundos de investimento, fundos soberanos, etc., que drenam montanhas de capitais e, graças à desregulamentação, os deslocam com incrível agilidade. Ramos inteiros da indústria são declarados “obsoletos” de um dia para o outro, por não serem suficientemente rentáveis – e são, consequentemente, liquidados.

**4** A crise do regime assente na propriedade privada dos meios de produção reflecte-se na generalização da tendência para a “*transformação das forças produtivas em forças destrutivas*”. Se Marx já falava nesta tendência, na época imperialista ela vai-se avolumando. De entre essas forças destrutivas, uma avulta cada vez mais: a indústria do armamento, o

“militarismo”, para usar a expressão de Rosa Luxemburgo no início do séc. XX. Um mercado em constante desenvolvimento, que engole biliões de dólares dos orçamentos nacionais e que tem esta particularidade: o consumo das mercadorias que produz – as armas – exige que surjam cada vez mais conflitos e guerras. É um mercado esmagadoramente dominado pelas grandes multinacionais dos Estados Unidos. Das 100 principais empresas que dominam o mercado do armamento, 51 são norte-americanas; das cinco maiores, todas o são. Quanto à administração Biden: em Dezembro de 2021, ela pôs à votação o mais elevado orçamento militar de toda a história dos Estados Unidos, 778 mil milhões de dólares.

**5** Na origem da crise actual na Ucrânia está a ofensiva dirigida pelo imperialismo americano para reforçar a presença da NATO no Leste da Europa. “*Os aliados executaram as decisões adoptadas na cimeira de Varsóvia de 2016, a saber, estabelecer uma presença avançada da NATO na Estónia, na Letónia, na Lituânia e na Polónia e desenvolver uma presença avançada adaptada na região do Mar Negro*”. A própria NATO (na sua página em linha, Janeiro de 2022) reivindica tal política de cerco e pressão militar sobre a Rússia – política inseparável da sua política global que tem o objectivo de cercar militarmente a China e passar à ofensiva contra ela.

**6** No último ano, a ofensiva específica do imperialismo americano contra a China tem-se acentuado consideravelmente. Porquê? Em primeiro lugar, porque a China é um mercado imenso e que não está inteiramente ao dispor do capital financeiro dos Estados Unidos. Um mercado que, mesmo na parte acessível ao capital, o obriga a sujeitar-se às condições postas pela burocracia no poder na China, obstruindo as condições de exploração directa da força de trabalho chinesa nos termos exigidos

dos pelo capitalismo americano. A pandemia pôs de manifesto que o Partido Comunista Chinês conseguiu, durante a pandemia, por se manter o seu monopólio do poder político e o seu controlo da economia, por se manter o monopólio do comércio externo e da criação monetária, seguir um caminho diferente do imperialismo americano e dos outros imperialismos. Escrevendo-o, não estamos a dar um sinal mais ao poder chinês. Enunciamos simplesmente um facto objectivo. A burocracia conseguiu-o por ter o poder político e económico concentrado nas suas mãos, contradizendo a “lei do mercado” e da “livre empresa”.

**7** Isso nada tira ao carácter completamente contra-revolucionário e anti-operário da burocracia chinesa. Esse carácter mostrou-o ela, nos meses mais recentes, quando mandou proibir e liquidar os sindicatos operários de Hong Kong, quando mandou reprimir trabalhadores e greves na China continental, etc. Não obstante, a ofensiva do imperialismo americano contra a China é reflexo de como a propriedade estatal, ainda que confiscada pela burocracia, é intolerável para o imperialismo. É isso que está por trás da mudança qualitativa na natureza das declarações do imperialismo sobre a China no ano transacto. Foi isso que Biden articulou, no dia 31 de Agosto,

depois de sair do Afeganistão o último soldado americano, quando anunciou a “nova estratégia dos Estados Unidos”, que passariam a estar “metidos numa competição séria com a China”. Tudo aquilo que, durante anos, fora do foro da crítica e da declaração transforma-se agora em ameaça de guerra. Não só em palavras: em actos. As modificações do dispositivo militar do imperialismo americano em preparação do choque com a China não têm conta: das manobras no Mar da China e ao largo de Taiwan às novas alianças militares (Aukus, com a Austrália e o Reino Unido, Quad com a Austrália, a Índia e o Japão) e à criação de um centro da CIA especialmente dedicado à China, etc. Por trás de tudo isto está a questão fundamental da extorsão de mais-valia pela exploração capitalista.

**8** A oligarquia russa (saída da decomposição da burocracia) nasceu das privatizações-pilhagem da propriedade do Estado na URSS iniciadas há mais de trinta anos, quando a burocracia levou até às últimas consequências a sua natureza “restauracionista”, liquidando as relações sociais saídas de Outubro de 1917 e verificando o prognóstico de Trotsky em “A Revolução Traída”: “A queda da actual ditadura burocrática, a não ser substituída por um novo poder social-

## DECLARAÇÃO DO CORQI ●

ista, anunciaria, assim, o regresso ao sistema capitalista, com uma queda catastrófica da economia e da cultura.” A pilhagem das capacidades produtivas do país herdadas da URSS confere à camada oligárquica quer um poderio parasitário na economia russa quer um certo lugar à escala mundial (onde a economia mafiosa passou a ser um sector com importância crescente). Esse grupo tem, nomeadamente, sob o seu controlo grandes empresas que produzem e exportam gás e petróleo. A oligarquia russa é de natureza capitalista, no sentido da sua inserção na economia capitalista mundial. Mas não está em pé de igualdade com as velhas potências imperialistas, conforme aprendeu à sua custa ao perder biliões em 2008. Ela está disposta a aliar-se a quem se lhe queira aliar, desde que isso lhe sirva para preservar, ou tentar preservar, a sua posição à escala nacional e regional, mas sem nunca pôr em causa a ordem mundial dominada pelo imperialismo americano. Nos anos mais recentes, viu-se a oligarquia russa, em várias situações, ao lado do imperialismo americano contra os povos. Por exemplo na Síria, em nome da pretensa “luta contra o Daesh”. E quando, mais recentemente, no início de Janeiro de 2022, o regime de Putin mandou tropas russas esmagar a revolta operária no Cazaquistão, fê-lo em nome da protecção dos interesses das grandes multi-nacionais norte-americanas e europeias que pilham os gigantescos recursos naturais daquele país.

**9** No conflito – que, para já, não é um conflito militar aberto – entre a China e os Estados Unidos, a oligarquia russa tem, por razões próprias, apostado na carta chinesa. Mas isso pode mudar já amanhã, como é evidente. O objectivo de Putin e do seu círculo, ao apostar na carta chinesa, era, tudo o indica, conseguir aliviar um pouco o arrocho do imperialismo americano. Pelas suas próprias razões, a China apostou também, até certo ponto, na carta da Rússia. Repare-se, porém,

&gt;&gt;&gt;



O alargamento da NATO para Leste.

## ● DECLARAÇÃO DO CORQI

>>> que, desde a invasão da Ucrânia, o apoio da China à Rússia é muito moderado. Na sua ofensiva geral de militarização do planeta e para tentar restaurar o seu controlo e preparar condições para uma ofensiva contra a China, o imperialismo americano aproveitou a posição russa como pretexto para provocar a escalada, de certo modo armando uma ratoeira a Putin, que caiu nela.

**10** O imperialismo americano aproveita a ocasião para atrelar a si todos os outros imperialismos e pô-los sob a sua estrita direcção militar, muito embora sejam bem reais as contradições entre eles, pois não há “super-imperialismo”. Assim, o imperialismo alemão tem as suas próprias razões para não ir atrás do imperialismo americano até às últimas consequências, até porque são os capitalistas alemães quem mais interesses económicos e comerciais tem na Rússia e mais tem a perder, a começar pelo gasoduto Nord Stream 2, que abastece a indústria alemã de gás russo barato e cuja licença de operação o governo alemão acaba de “suspender”. As sanções tomadas contra a Rússia no plano económico ir-se-ão repercutir nas países emissores das sanções, mas não na mesma proporção para todos: a Alemanha será a mais afectada pelas consequências das sanções contra a Rússia, em menor medida a França e outros. Uma contradição, também, para Macron e para as instituições da União Europeia, já que, quanto mais a crise se desenvolve, mais a “Europa” aparece como “Europa-NATO” e não como “Europa-União Europeia”. Ora, Macron, no jogo político que é o seu e pela posição que lhe interessa ocupar, tem interesse em apostar mais na carta da União Europeia do que na da NATO, mais na carta da diplomacia do que na da guerra. Ainda assim, a política do imperialismo americano impõe-se-lhes a todos, obrigando os capitalistas alemães, franceses, etc., a alinharem-se atrás dele.

**11** Assim se assiste ao rachar daquilo a que se chamava a “construção europeia” e suas instituições. Todas as potências imperialistas europeias, incluindo a Alemanha e a França, estão cada vez mais “a reboque” dos Estados Unidos. Em consequência disso, quem mais se fez ouvir nas circunstâncias actuais foi o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson; não estando preso à defesa do espartilho da União Europeia, surgiu como representante quase oficial e directo dos interesses americanos no continente europeu.

**12** Escrevemos a presente declaração enquanto lavram combates nos arredores de Kiev. Poder-se-ia pensar que, ao fim de meses de conversações, de escalada e de provocações de ambos os lados, quem acabasse por estar numa posição de força fosse o regime de Putin. Mas não será só aparência? Conforme escrevemos há poucas semanas, citando um militante antiguerra dos Estados Unidos: e se fosse Biden quem tivesse interesse em que a Rússia invadisse a Ucrânia, por exemplo para justificar um aumento constante do orçamento militar americano, a expansão do seu dispositivo militar, para prejudicar os acordos comerciais dos seus concorrentes imperialistas na Europa, etc. Não é exactamente o que se está a passar? Repetindo um esquema de que já se tem socorrido em múltiplas circunstâncias, o imperialismo americano (e, atrás dele, todos os outros imperialismos) fez força por que a guerra rebentasse – e está bem decidido a que a guerra esgote os beligerantes, especialmente a Rússia sujeita às sanções económicas. Como em muitas instâncias passadas, o imperialismo americano faz tentações de tirar as castanhas do lume envolvendo-se o menos possível no conflito propriamente dito; os povos da Ucrânia e da Rússia que se danem, pagando caro as consequências – é a lógica do imperialismo. Conforme referia um universitário francês: “O

conflito entre a Ucrânia e a Rússia reforça a posição dos americanos e da NATO face à China.” (25 de Fevereiro).

**13** Um aspecto chave da actual situação, de que o imperialismo faz tentações de tirar todo o proveito, é a união nacional que os governos apelam a selar à sua volta. É assim no caso do apoio oferecido pelos principais dirigentes do movimento sindical dos Estados Unidos a Biden. É o caso da declaração de Starmer, o dirigente do Partido Trabalhista britânico, ao pôr-se, em continência, atrás de Johnson por “Putin querer ver divisão entre os nossos aliados, entre os nossos membros da NATO e entre os partidos políticos aqui no Reino Unido. Não nos vamos dividir.” É ainda o caso da política de Scholz e dos dirigentes do SPD, no governo de coligação com a burguesia na Alemanha. É assim, em França, no caso dos deputados do Partido Socialista, do Partido Comunista e da France insoumise, ao aplaudirem de pé, no dia 25 de Fevereiro, o discurso belicista de Macron. Discurso que mereceu o seguinte comentário de Jean-Luc Mélenchon: “O presidente não disse nada de especial. Compreende-se. Ele pede a unidade do país. Se é sincero, que faça por isso.” (24 de Fevereiro)\*. No mesmo dia, Mélenchon, depois de se pronunciar em “apoio às sanções” contra a Rússia (Francetvinfo.fr, 25 de Fevereiro), afirmou que “para a União Europeia, chegou o tempo da protecção mútua.” (comunicado, 24 de Fevereiro). É assim, ainda, embora em moldes diferentes, no caso do apoio dado à intervenção militar na Ucrânia por Ziuganov, do Partido “Comunista” da Federação da Rússia, um mês e meio depois de apoiar a intervenção militar contra a revolta operária no Cazaquistão.

**14** Em cada país, a união nacional visa abrir caminho a uma ofensiva brutal e imediata contra a classe trabalhadora, contra o movimento operário, em nome do “todos contra a Rússia”. Já se anuncia que à



## DECLARAÇÃO DO CORQI ●

vertiginosa alta dos preços nos meses mais recentes se irá inevitavelmente acrescentar um surto dos preços do gás e do petróleo, do trigo e, por conseguinte, do pão, das massas, etc. A ofensiva contra o poder de compra das massas no mundo inteiro, que já há meses adquire brutalidade extrema, encontrará aí, nessa aparente “inevitabilidade”, um argumento para se agravar.

**15** O CORQI condena os responsáveis pelo sofrimento imposto ao povo ucraniano: a agressão militar russa e a guerra. Condena os responsáveis pelo sofrimento que vai ser imposto ao povo russo pelo efeito das sanções económicas, sem falar do agravamento da repressão que o regime não deixará de abater sobre os trabal-

hadores e o povo da Rússia. Aca-ba, aliás, de o fazer, ao prender milhares de participantes em manifestações contra a guerra. Para o CORQI, possa embora a resposta bélica de Putin resultar da provocação do imperialismo, nem por isso ela deixa de ser inteiramente reaccionária. Sejam quais forem as circunstâncias e o contexto global, a agressão militar russa contra a Ucrânia enquadra-se na continuidade da secular opressão chauvinista “grã-russa” contra o povo ucraniano. Na opressão do império czarista, “prisão dos povos”, na opressão estalinista que ressuscitou a opressão nacional, nomeadamente contra o povo ucraniano. Assim, uma vez mais se manifesta a natureza contra-revolucionária da oligarquia russa, tal como, há mês

e meio, ela se manifestara no esmagamento sangrento da revolta operária do Cazaquistão.

**16** De notar que, no seu discurso de 22 de Fevereiro, a justificar a intervenção, Putin denunciou a existência da Ucrânia como consequência da revolução de Outubro de 1917. Havia, ironizou, que rebaptizá-la em “Ucrânia de Vladimir Ilitch Lenin”. Isto, apelando à “descomunicação” da Ucrânia às botas do seu exército. Da parte deste antigo agente da polícia política do estalinismo reciclado às privatizações mafiosas, foi uma homenagem involuntária à revolução operária na Rússia. Foi, realmente, a revolução de Outubro de 1917 que libertou as nacionalidades oprimidas do antigo império czarista e abriu caminho à Ucrânia independente. O que Putin, com o seu lembrete, estava a dizer às potências capitalistas ocidentais, era: “Nós estamos do mesmo lado, o lado da opressão dos povos, o lado dos anticomunistas; não se enganem de adversário.”

**17** Combatendo pela reconstituição da IVª Internacional, o CORQI reivindica a política de Lenin sobre a questão nacional: “Atemos firmemente ao que não sofre contestação: o direito da Ucrânia a constituir tal Estado. Respeitamos esse direito. Não apoiamos os privilégios do grão-russo sobre os ucranianos; educamos as massas no espírito do reconhecimento desse direito, no espírito do repúdio pelos privilégios de Estado seja de que nação for.” (“Do Direito das Nações a Disporem de Si Mesmas”, 1914). O CORQI está ao lado dos trabalhadores e do povo ucraniano agredidos, ao lado dos milhares de trabalhadores e jovens que, na Rússia, desde o dia 24 de Fevereiro, têm saído à rua ao grito de “Não à Guerra!”, está ao lado das organizações de trabalhadores que, na Rússia e na Ucrânia, têm corajosamente condenado a intervenção russa. Por isso a IVª Internacional avança as palavras de ordem de “Retirada das tropas russas

&gt;&gt;&gt;

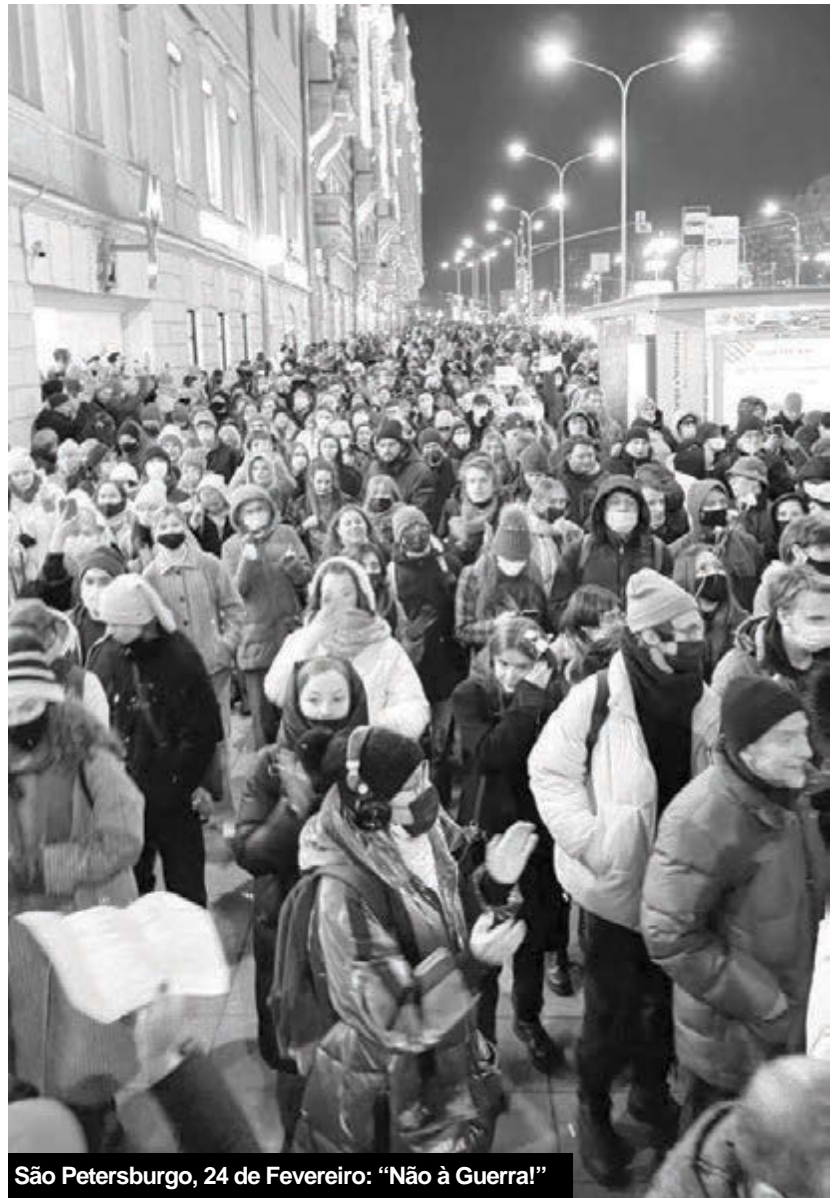


Cartaz do Grupo de Partidários do CORQI na Rússia.  
8 de Março de 1917 – 8 de Março de 2022: Não à Guerra! “Elas marcharam sobre os cordões de soldados, com mais coragem do que os homens, agarraram-lhes nas espingardas e pediram-lhes, quase mandando: “Larguem as armas e juntem-se a nós!”. (Leão Trotsky, História da Revolução Russa).

## ● DECLARAÇÃO DO CORQI

>>> *da Ucrânia!*” e de *“Respeito da soberania da Ucrânia!”*, pois que esta não se tornará real nem sob a bota do exército russo nem com o actual governo ultra-reaccionário e vendido ao imperialismo.

**18** Condenando a intervenção russa, a IVª Internacional não pode participar em nenhuma forma de *“união nacional”*. Todos os que denunciam a intervenção russa, mas calam a responsabilidade criminosa do imperialismo, da NATO e do seu próprio governo capitalista estão metidos com a união nacional. As organizações do CORQI afirmam: *“Nem Putin, nem Biden, nem Macron, nem Scholz, nem Johnson, etc.”* e ligam a exigência de *“retirada das tropas russas da Ucrânia”* à exigência de *“Nem um soldado do nosso país para a NATO na Europa de Leste!”*, *“Não às sanções contra a Rússia!”*, relacionando-a, em França, por exemplo, com a palavra de ordem *“tropas francesas, fora de África!”* Lutar contra todas as formas de união nacional implica, em cada país, ajudar os trabalhadores a realizarem a sua própria luta de classes e a lutarem por manter a independência das organizações dos trabalhadores. Combater pela unidade dos trabalhadores e das suas organizações contra o seu próprio governo imperialista. Tal é a única posição operária internacionalista que se coaduna com os interesses dos trabalhadores do mundo inteiro. É com estas palavras de ordem que as organizações do CORQI farão parte integrante das mobilizações operárias contra a guerra. É com esta orientação que preparam a conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária (Paris, 29-30 de Outubro de 2022).



São Petersburgo, 24 de Fevereiro: “Não à Guerra!”

\* Note-se que o centro revisionista que provocou a cisão da IVª Internacional em 2015 e cujos adeptos, em França, estão integrados na União Popular de Mélenchon e aplicam a sua política, ousou, no dia 26 de Fevereiro, publicar uma declaração,

fraudulentamente assinada por um “secretariado internacional da IVª Internacional”, que, tomando posição contra a união nacional de maneira genérica, não evocava (e menos ainda denunciava) a posição dos deputados da União Popular sobre a união nacional!

## Nota de informação da Tendência Comunista Internacionalista

Nota de informação aos trabalhadores, militantes, jovens, grupos e organizações do mundo inteiro que consideram que o programa da IV<sup>a</sup> Internacional mantém total actualidade ante a deflagração da guerra na Ucrânia e rejeitam uniões nacionais seja de que tipo forem com os seus próprios governos (6 de Março de 2022)

Camaradas,

Quem reivindique para si o programa da IV<sup>a</sup> Internacional sabe que ele tem na rejeição da “união sagrada”, da união do movimento operário à classe capitalista e seus governos, um dos seus pontos centrais, tanto mais assim em tempos de guerra imperialista. A nossa tradição, a tradição de Rosa Luxemburgo, Lenin, Trotsky, concentra-se na fórmula de Liebknecht em 2015: “*O inimigo está no nosso próprio país.*”

Levar esta orientação à prática no contexto criado pela guerra contra o povo ucraniano aberta por Putin em nome da oligarquia capitalista que constitui a sua base social, significa: em primeiro lugar, exigir a retirada incondicional e imediata das tropas russas da Ucrânia; em segundo lugar, denunciar a responsabilidade dos imperialismos – americano e, atrás dele, os europeus – na escalada que conduziu à guerra na Ucrânia. Daí decorrem as palavras de ordem de retirada das tropas da NATO e de dissolução da NATO; de luta, em cada país, contra a política dos dirigentes das organizações operárias que querem impor a união nacional e apoiar os governos em nome da condenação exclusiva do governo russo. Esta orientação está reflectida na declaração do CORQI de 28 de Fevereiro de 2022: “*Tropas russas fora da Ucrânia! Dissolução da NATO! Nem Putin nem Biden e seus aliados: não à união nacional com os governos fautores de guerra!*”<sup>(1)</sup>.

Pelo seu lado, o centro revisionista liquidacionista responsável pela

crise de 2015 que rebentou a IV<sup>a</sup> Internacional, reproclamada, vinte e dois anos antes, com Pierre Lambert, publicou uma declaração de um tal “secretariado internacional”, em que se lê: “*Aproveitando-se da guerra como se aproveitaram da pandemia, os governos da Europa (...) tentam fazer passar a união nacional à pala da mentira da defesa da Ucrânia.*”

Afirmiação correcta... se não fosse por um pequeno pormenor: a declaração nada diz da resposta dos dirigentes das organizações saídas do movimento operário à proposta de união nacional. Não há uma única alusão às respostas (afirmativas!) dadas pelo movimento sindical americano, pelo Partido Trabalhista na Grã-Bretanha, pelo SPD na Alemanha ou pelos “partidos de esquerda” em França.

Em França, quando as *Informations ouvrières* (de 3 de Março) usam o cabeçalho: “*Macron procura a união nacional e tenciona agravar a sua política destruidora*”, nem por isso se encontra depois, no interior do jornal, a mínima análise da resposta dos dirigentes sindicais ou políticos a Macron, salvo uma citação do Partido Comunista Francês e outra do Partido Socialista a apoiar as sanções contra a Rússia. Quanto à *France insoumise* de Jean-Luc Mélenchon – que é, entre todos os candidatos “de esquerda”, o que encabeça as sondagens para as próximas eleições presidenciais – fica-se com a impressão, só lendo as *Informations ouvrières*, que ela não faz nenhuma concessão à união nacional.

Será assim? Para avaliá-lo, reportemo-nos aos actos e declarações de *La France insoumise* durante a semana transacta: quatro foram inteiramente ocultados pela CCI (a organização revisionista francesa – NdR), e o quinto, parcialmente ocultado.

**1/ As declarações de 24 e 25 de Fevereiro.** Citam as *Informations ouvrières*, a propósito da Ucrânia (no dia 3 de Março), as seguintes poucas palavras de Mélenchon na ilha da Reunião: “*Os meus pensamentos vão para os corajosos russos que se manifestam contra a guerra. Os meus pensamentos vão para os que defendem a paz.*” Desta modesta declaração (a única de Mélenchon sobre esta matéria num jornal que costuma dedicar várias páginas aos seus discursos), as *Informations ouvrières* concluem que convém opor “*de um lado*” esta posição de Mélenchon e, “*do outro*”, as dos outros candidatos: Pécresse (direita gaullista), Jadot (Verdes), Roussel (PCF) e Hidalgo (PS), que, em graus variados, se pronunciam a favor das sanções contra a Rússia. Muito bem. **Só que não há uma palavra neste jornal sobre a declaração de Mélenchon publicada no dia 24 de Fevereiro** na página de *La France insoumise* de que “*para a União Europeia, chegou o tempo da protecção mútua*”. Nem uma palavra, tão-pouco, sobre o arrazoado do mesmo no dia 25 de Fevereiro, na *France Info*, segundo o qual Macron “*está a fazer o trabalho dele*” e em que declara apoiar as sanções, por, segundo diz, “*serem a única coisa que resta*”.

## ● DOCUMENTO

>>>

**2/ Os aplausos de 25 de Fevereiro.** No dia 25 de Fevereiro, na Assembleia Nacional, logo que terminou a leitura da mensagem de Macron a apelar à união nacional para a sua política belicista, **todos os deputados aplaudiram** de pé, inclusive os da *France insoumise* presentes no hemiciclo. “De um lado e do outro”? Os videos que circulam são amplo testemunho de que todos os deputados aplaudem Macron. Nas *Informations ouvrières*, nem uma palavra.

**3/ A resolução adoptada pelo Parlamento Europeu no dia 1 de Março.** Numa resolução sobre a Ucrânia adoptada no dia 1 de Março por 637 votos a favor, 13 contra e 26 abstenções, o Parlamento Europeu:

– “Saúda a rápida adoção de sanções pelo Conselho”;

– “Solicita que o âmbito das sanções seja alargado e que estas visem enfraquecer estrategicamente a economia e a base industrial russas”;

– “Solicita, em particular, que a importação dos bens mais importantes exportados pela Rússia, designadamente o petróleo e o gás, seja restringida”;

– “Destaca a necessidade de os Estados-Membros reconhecerem e aceitarem que a imposição de sanções severas contra a Federação da Rússia terá inevitavelmente efeitos negativos na sua própria situação económica”;

– “Reafirma que a NATO constitui o baluarte da defesa coletiva para os Estados-Membros que são aliados na NATO; congratula-se com a unidade entre a UE, a NATO e outros parceiros democráticos que partilham dos mesmos princípios face à agressão russa, mas sublinha a necessidade de reforçar o seu dispositivo de dissuasão coletiva, a sua preparação e a sua capacidade de resistência; incentiva o reforço da presença avançada da NATO nos Estados-Membros geograficamente mais próximos do agressor russo e do conflito; destaca as cláusulas de assistência mútua e de solidariedade da UE e preconiza o lançamento de exercí-



25 de Fevereiro, Paris, a Assembleia Nacional aplaude de pé, unânime, Macron.

cios militares comuns”;

– “Salienta que este ataque exige que a UE e a NATO estejam preparadas para todas as eventualidades; congratula-se, a este respeito, com a ativação dos planos de defesa da NATO, bem como com a ativação das forças de resposta da NATO e a sua mobilização parcial, conjuntamente com os destacamentos de tropas dos aliados da NATO, incluindo o Reino Unido, os EUA e o Canadá, a fim de reforçar o flanco oriental e dissuadir qualquer nova agressão russa; reitera o seu apelo aos Estados-Membros da UE para que incrementem as despesas com a defesa e garantam capacidades mais eficazes e para que façam pleno uso dos esforços conjuntos de defesa no quadro europeu, nomeadamente a cooperação estruturada permanente (CEP) e o Fundo Europeu de Defesa, a fim de reforçar o pilar europeu no âmbito da NATO, o que aumentará a segurança dos países da NATO e dos Estados-Membros”;

– “Apoia firmemente a decisão histórica de atribuir um significativo financiamento adicional para fornecer à Ucrânia armas defensivas”.

É difícil ver nesta resolução outra coisa que não uma **manifestação de união sagrada**, uma vez que os deputados de todas as bandas políticas, da extrema-direita à extrema-esquerda, salvo poucas exceções, se reviram no voto a favor desta resolução pró-NATO, que apela às mais severas sanções contra a Rússia. **A totalidade dos**

**representantes franceses** (salvo quatro de extrema-direita, que se abstiveram) votou a favor desta resolução. Entre os deputados, os do PS e os **seis eleitos da LFI**, entre os quais **Manon Aubry**, vice-presidente do “parlamento da União Popular” – um colectivo de 200 a 300 pessoas de diferentes origens encarregadas de animar a campanha de Mélenchon em torno do seu programa, com uma vintena de membros da CCI nomeados pela direcção da equipa de campanha de Mélenchon para nele ter assento – e **Manuel Bompard**, director de campanha de Jean-Luc Mélenchon. Repare-se que outros deputados europeus também membros do grupo “The Left”, em que tomam assento os da LFI, votaram contra a resolução, nomeadamente deputados portugueses e irlandeses. **Nem uma palavra** nas *Informations ouvrières* sobre esta resolução e o sentido de voto dos deputados.

**4/ A intervenção de Jean-Luc Mélenchon na Assembleia Nacional no dia 1 de Março.** No dia 1 de Março, enquanto os seus camaradas deputados votavam o apoio incondicional à NATO e ao envio de fornecimentos de guerra à Ucrânia, o discurso de Jean-Luc Mélenchon na Assembleia Nacional é sensivelmente diferente: ele “*lamenta que a União Europeia tenha decidido fornecer armamento necessário à guerra*”, pronuncia-se pela “*proclamação da neutralidade da Ucrânia*” e pela necessidade de “*sair da NATO*”. Sem dúvida pre-

ocupada em desviar a atenção dos seus militantes da resolução belicista votada no mesmo dia no Parlamento Europeu pela LFI, a direcção da CCI apressa-se a publicar **nas costas do seu próprio panfleto** de 25 de Fevereiro excertos do discurso de Mélenchon com o título: “*Nada, por pouco que seja, pode ir para a guerra*”. Ora, publica apenas **excertos** dele. Falta de espaço? Talvez, mas não só... Entre os passos censurados, encontra-se a seguinte proposta: “*Abrir uma sessão extraordinária da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), organização criada para esse efeito pelos acordos de Helsínquia em 1975*”. A finalidade de tal sessão seria assegurar “*a segurança de cada nação na Europa*”, questão que, segundo ele, “*ficou aberta depois da implosão da URSS, uma vez que, pela primeira vez na história contemporânea, um império se afundou sem se discutirem as novas fronteiras*”. Há-de, então, competir a uma conferência da OSCE definir as novas fronteiras da Europa? Mas o que é a OSCE? Esta organização agrupa 57 Estados, essencialmente da Europa, mas também todas as repúblicas que resultaram do estouro da ex-URSS (incluindo as da Ásia) e mais os Estados Unidos e o Canadá. Esta composição resulta da sua história, visto que foi criada em Helsínquia (Finlândia), em 1973, com o nome de Conferência pela Segurança e Cooperação na Europa, em resultado de um diálogo entre os países da NATO (os Estados Unidos, o Canadá e os países da Europa Ocidental), a União Soviética e as “*democracias populares*”. Na época, a questão era encontrar um terreno comum entre o imperialismo americano e a burocracia de Moscovo para barrar os processos revolucionários na Europa. Logo a seguir à greve geral de 1968 em França e à revolução política esmagada pelos tanques da burocracia em Praga, vieram, uns atrás dos outros, os acordos e declarações comuns entre a NATO e o Pacto de Varsóvia, que darão origem à declaração de Helsínquia fundadora da CSCE,

que passará a OSCE depois do desmoronamento da URSS. E **seria a essa organização, filha da NATO e dominada pelos Estados Unidos, que se haveria de confiar o cuidado de definir as fronteiras da Europa?** Mélenchon lamenta que “*pela primeira vez na história contemporânea, um império se afundou sem se discutirem as novas fronteiras*”? Será preciso **voltar ao tratado de Versalhes de 1919 ou aos acordos de Yalta e Potsdam (1945)**, em que coube às “*grandes potências*” decidir do destino dos povos e nações da Europa, desprezando as suas aspirações? Que Mélenchon, que raciocina como estadista, preconize tal solução contrária aos direitos dos povos a disporem de si próprios só surpreenderá quem queira ver nele um revolucionário que não sabe que o é. Acreditamos, contudo, realmente os dirigentes da CCI que, censurando as declarações de Mélenchon, vão conseguir impedir os trabalhadores e militantes de tomarem conhecimento da política que ele realmente preconiza e de formarem a sua própria opinião?

##### **5/ A declaração de Jean-Luc Mélenchon a comentar o discurso apresentado por Macron no dia 2 de Março**

Logo a seguir à votação em união sagrada no Parlamento Europeu, Macron tomou a palavra em público para justificar a sua política belicista na Europa de Leste, embora sempre a dizer que “*a França não está em guerra com a Rússia*”. Não está em guerra, a sério? Não está o governo francês, tal como a União Europeia e uma dezena de países europeus a fornecer quantidades tais de material militar, defensivo e ofensivo, que há juristas que perguntam: não merecem esses países, à luz do direito internacional, passar a ser considerados “*cobeligerantes*”? Nas estações de televisão, convidam Mélenchon a comentar as palavras de Macron: “*Disse coisas certas, que eu partilho, disse outras que eu não diria assim ou diria de outra maneira. Agora gostava que ele passasse à prática e fizesse*

*uma proposta robusta em matéria de diplomacia*”, a saber, “*uma sessão extraordinária da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa para aceitar a discussão das questões de segurança em cada fronteira*”. Mélenchon continua: “**Portanto, é preciso bater com justeza, no ponto certo, por isso acho que a maneira de fazê-lo é isolá-lo** (a Putin – NdR) **em absoluto na cena mundial. Começamos a fazê-lo com a votação na ONU, que é esmagadora na condenação da Rússia de Putin.**” O apoio que dá à ONU apela igualmente a sanções contra a Rússia, as quais – mais discurso, menos discurso – vão bater, em primeiro lugar, no povo russo. Mélenchon vinca: “**Acho que o presidente está a cumprir a sua função. A função dele é a mais importante na Constituição da Vª República, é ele o chefe dos exércitos e é ele que negocia e assina os tratados. Portanto, cada um tem o seu papel. Ele está a tentar fazer o dele com a dignidade que lhe é possível face a um indivíduo extremamente perigoso.**” O jornalista pergunta-lhe: “*Emmanuel Macron diz-nos esta noite que a Rússia não foi agredida, é ela o agressor, foi Vladimir Putin, sozinho, quem quis a guerra. O senhor poderia dizer a mesma coisa?*” Resposta: “*Com certeza, digo a mesma coisa.*” Acrescentando: “*Parece-me que, neste aspecto, o comportamento do presidente é responsável, inclusive quando diz que não estamos em guerra com a Rússia.*” Mas não há soldados franceses a partir para a Europa de Leste nem sanções a estrangular o povo russo? Que Macron minta acaba por ser lógico. Mas porque há-de Mélenchon apoiá-lo? E porque há-de a CCI fazer silêncio sobre este apoio?

São, assim, cinco factos, todos eles comprováveis, que mostram que *La France insoumise*, como os outros “*grandes partidos de esquerda*” em França e na Europa, estão a apostar na união sagrada contra Putin, afastando a responsabilidade do imperialismo em geral e do imperialismo francês representado por Macron em particular. Acham os dirigentes da CCI que, por censurarem declarações de

## ● DOCUMENTO

>>> Mélenchon, vão conseguir camuflar o fosso que separa os seus discursos, aparentemente ortodoxos quando se pronunciam em nome do pretensível secretariado internacional da IVª Internacional, e a sua prática, que, de facto, por Mélenchon interposto, dá cobertura ao imperialismo francês?

Não estamos a exprimir nenhum agravo ou desilusão para com Jean-Luc Mélenchon. Mélenchon é fiel a si próprio: ao fim de trinta e dois anos no Partido Socialista, de que foi deputado, senador e, durante dois anos, ministro no governo Chirac-Jospin, e, depois, mais quase dez anos de aliança privilegiada com o Partido Comunista, Mélenchon persegue uma variação do mesmo projecto político, que, mesmo rebaptizado em “ruptura” ou “VIª República”, continua a ser um projecto do tipo “frente popular” enquadrado no âmbito institucional da Vª República e do regime da propriedade privada dos meios de produção. Vem daí a sua nostalgia de François Mitterrand, cuja herança reivindica.

Quanto à direcção da CCI, o caso é outro. Por um lado, vota textos “ortodoxos” que se reclamam do programa da IVª Internacional. Por outro, apoia todas as declarações e decisões de Mélenchon<sup>(2)</sup>, tirando... aquelas cujo conteúdo não pode assumir e que decide então, pura e simplesmente, esconder aos seus militantes! Lê-se, assim, nas *Informations ouvrières*: “Pela segunda vez, Macron põe-se a manobrar, apelando à unidade atrás dele, como o fez depois de Março de 2020 com a epidemia de Covid. Já nos pregou a partida há nem dois anos do “estamos em guerra”, enquanto ia fechando milhares de camas de hospitais, aproveitou a epidemia para servir os interesses do capital...”. Pois é: pela segunda vez em dois anos, Macron tenta-nos “pregar a partida da união sagrada”. E, pela segunda vez em dois anos, os dirigentes da CCI tentam-nos “pregar a partida” da ofuscação

total da resposta dos dirigentes de *La France insoumise* ao convite de Macron. Em Março de 2020, eles não “viram” que, quando Macron apelou à união sagrada, todos os deputados, incluindo os da LFI, votaram a favor de oferecer 343 mil milhões de euros aos capitalistas, que os usam para despedir e especular. Há dois anos que o POID faz campanha sobre isto, há dois anos não houve uma linha, uma palavra, nas *Informations ouvrières*, sequer a distanciar-se da dita votação. Hoje, Macron volta-nos outra vez a “pregar a partida” da união sagrada contra a guerra. E as *Informations ouvrières* voltam-nos, outra vez, a “pregar a partida” de não verem que os dirigentes de *La France insoumise*, como todos os “de esquerda”, respondem afirmativamente aos apelos à união sagrada!

À força de ocultar e censurar a realidade, os dirigentes da CCI transformam a sua condenação da união nacional em afirmação platónica: estão, de maneira geral, contra a união nacional, mas nada têm a dizer, em particular, contra o apoio bem real dado pelos dirigentes da LFI e da União Popular à união sagrada. Parafrazeando o *Programa de Transição*: estão contra a união nacional aos domingos e feriados, nas resoluções, mas na vida quotidiana, vivem bem com ela.

Não é coisa que nos alegre. Os interesses da classe operária exigiriam, bem pelo contrário, que, independentemente dos desacordos, os militantes e correntes políticas que mantêm uma posição internacionalista e recusam qualquer concessão ao seu próprio imperialismo procurassem o caminho da acção conjunta em defesa dos interesses dos oprimidos e explorados.

A acção conjunta só pode ocorrer com base na rejeição da união sagrada. Por isso decidimos apresentar esta carta à discussão e reflexão de todos os militantes, correntes e organiza-

ções que, à escala mundial, partilham connosco a convicção de que o programa da IVª Internacional, fundada por Leão Trotsky em 1938, mantém total actualidade, partilhando igualmente a nossa recusa da união sagrada. A todas essas correntes, militantes, grupos e organizações, dizemos: estamos prontos a discutir fraternalmente o que está em causa na situação trágica que atinge os trabalhadores e povos e a que meios recorrer para ajudar no necessário combate de resistência e independência. ●

**6 de Março de 2022,  
executivo da Tendência  
Comunista Internacionalista,  
secção francesa da IVª  
Internacional, membro do  
Comité de Organização pela  
Reconstituição da IVª  
Internacional (CORQI)**

(1) Reproduzida em *La Tribune des travailleurs* (de 2 de Março de 2022), que publica também o apelo do Partido Operário Independente Democrático, que recolheu milhares de assinaturas em poucos dias.

(2) Expliquemo-nos: Não está em causa uma consigna de voto. Lembramo-nos, por exemplo, de como a organização trotskista em França apelou, em 1981, a votar Mitterrand, a fim de participar do movimento de massas que se apropriava do boletim de voto para correr com Giscard – mas sem fazer seu o programa de Mitterrand e fazendo campanha pelo seu próprio programa de ruptura. O caso vertente é diferente. Há uma opção estratégica fundamental, com as *Informations ouvrières* a fazerem campanha, semana a semana, pelo programa de Jean-Luc Mélenchon. O apoio é total e incondicional, levando o POI – a organização de que a CCI é a componente essencial – a escrever: “De cada vez, nos últimos cinco anos, o Partido de Esquerda e Mélenchon marcaram presença, juntos, connosco. Procuraram mesmo, com o seu grupo parlamentar, na Assembleia Nacional, passar palavra, propor, resistir” (carta aos abstencionistas).

## Um texto de Leão Trotsky

## A Questão Ucraniana

22 de Abril de 1939

**A**QUESTÃO UCRANIANA, que não poucos governos, não poucos “socialistas” e mesmo não poucos “comunistas” se têm esforçado por esquecer e relegar para o canto mais esquecido da cave da história acaba de ser trazida de volta para a ordem do dia, desta vez com força redobrada. O recentíssimo agravamento do problema ucraniano prende-se intimamente com a degenerescência da União Soviética e da Internacional Comunista, com os avanços do fascismo e a aproximação da próxima guerra imperialista<sup>(1)</sup>. Crucificada por quatro Estados, a Ucrânia ocupa actualmente nos destinos da Europa a mesma posição que a Polónia outrora, com a diferença de que as relações internacionais são agora infinitamente mais tensas e que os ritmos dos acontecimentos se aceleram. A questão ucraniana está destinada a desempenhar um papel enorme na vida da Europa. Não foi por acaso que Hitler levantou ruidosamente a questão da constituição de uma “Grande Ucrânia”, só para logo a seguir se apressar a enterrá-la furtivamente<sup>(2)</sup>.

A IIª Internacional, que dá voz aos interesses da burocracia e da aristocracia operárias dos Estados imperialistas, ignorou completamente a questão ucraniana. Mesmo a sua ala esquerda nunca lhe prestou a atenção necessária. Basta recordar que Rosa Luxemburgo, apesar da sua inteligência brilhante e do seu espírito verdadeiramente revolucionário, pôde afirmar que a questão ucraniana era uma invenção de um punhado de intelectuais. Esta posição chegou



Leão Trotsky (1879-1949)

mesmo a deixar uma profunda pegada no Partido Comunista Polaco. A questão ucraniana foi considerada pelos chefes oficiais da secção polaca da Internacional Comunista mais como um obstáculo do que como um problema revolucionário. Daí os esforços oportunistas permanentemente envidados para evadir a questão, afastá-la, silenciá-la ou atirá-la para um futuro indeterminado.

O partido bolchevique tinha conseguido, não sem dificuldades, e a pouco e pouco, sob a pressão incessante de Lenin, chegar a uma ideia correcta sobre a questão ucraniana. O direito à autodeterminação, portanto à separação, estendeu-o Lenin tanto aos polacos como aos ucranianos: Lenin não reconhecia nações aristocráticas. Ele considerava como manifestação de chauvinismo grão-russo toda a tendência para eliminar ou diferir o problema de uma nacionalidade oprimida.

Depois da tomada do poder, houve, no partido bolchevique, uma luta séria sobre a solução para os numerosos problemas

nacionais herdados da velha Rússia czarista. Na sua qualidade de comissário do povo para as nacionalidades, Stalin representava invariavelmente a tendência mais centralista e burocrática. Isso foi particularmente claro quando da questão georgiana e da questão ucraniana. A correspondência sobre estas questões ainda não foi publicada. Contamos publicar a pequena parte que se encontra à nossa disposição<sup>(3)</sup>. Cada linha das cartas e propostas de Lenin vibra com a insistência de Lenin em fazer jus, na medida do possível, a essas nacionalidades oprimidas. Nas propostas e declarações de Stalin, pelo contrário, imprime-se invariavelmente a tendência para o centralismo burocrático. Na mira, unicamente, de assegurar as “necessidades administrativas” – leia-se: os interesses da burocracia – caracterizaram-se as mais legítimas reivindicações das nacionalidades oprimidas como manifestação do nacionalismo pequeno-burguês. Foi possível observar todos estes sintomas logo em 1922-1923. Depois dessa época, contudo, eles desenvolveram-se

## ● DOCUMENTO

>>> monstruosamente, importando no estrangulamento completo de todo o desenvolvimento nacional independente dos povos da URSS.

Segundo a concepção do velho partido bolchevique, a Ucrânia soviética estava destinada a passar a ser um eixo poderoso de união das outras fracções do povo ucraniano. É incontestável que, durante o primeiro período da sua existência, a Ucrânia soviética exerceu uma atracção poderosa também no ponto de vista nacional e despertou a luta dos operários, dos camponeses e da intelligentsia revolucionária da Ucrânia ocidental, subjugada pela Polónia. No entanto, no decurso dos anos de reacção termodoriana, a posição da Ucrânia soviética e, do mesmo passo, a maneira de pôr a questão ucraniana como um todo modificaram-se profundamente. Quanto maiores as esperanças criadas, mais profunda a desilusão. Também na Grã-Rússia a burocracia estrangulou e pilhou o povo. Só que, na Ucrânia, as coisas ainda ficaram mais complicadas com o massacre das esperanças nacionais. Em nenhum outro sítio as restrições, saneamentos, repressão e, de modo geral, todas as formas de banditismo burocrático assumiram um carácter de violência tão assassina como na Ucrânia, na luta contra as poderosas aspirações, profundamente enraizadas, das massas ucranianas a mais liberdade e mais independência. Para a burocracia totalitária, a Ucrânia soviética passou a ser uma sub-divisão administrativa de uma entidade económica e uma base militar da URSS. Com certeza que a burocracia erige estátuas de Chechenko<sup>(4)</sup>, mas unicamente para esmagar mais completamente o povo ucraniano sob o seu peso e obrigá-lo a cantar loas à clique de violadores do Kremlin na língua de Kobzar<sup>(5)</sup>.

Em relação às partes da Ucrânia que estão actualmente fora das fronteiras da URSS, a atitude do Kremlin é hoje a mesma que em relação a todas as

nacionalidades oprimidas de todas as colónias e semicolónias, [considerando-as, portanto] como trocos nas suas combinações imperialistas. No último congresso, o 18º, do partido “comunista”, Manuilsky<sup>(6)</sup>, um dos mais repugnantes renegados do comunismo ucraniano, declarou abertamente que não só a URSS, mas também o Comintern se recusam a reivindicar a emancipação dos povos oprimidos quando os seus opressores não estão entre os inimigos da clique dirigente de Moscovo. Hoje Stalin, Dimitrov<sup>(7)</sup> e Manuilsky defendem a Índia contra o Japão, mas não contra a Inglaterra. Estão prontos a ceder para sempre a Ucrânia Ocidental à Polónia em troca de um acordo diplomático que pareça hoje proveitoso para os burocratas do Kremlin. Longe vai o tempo em que, nas suas políticas, não iam além de combinações episódicas.

Nada subsiste da confiança e da simpatia de outrora das massas da Ucrânia Ocidental pelo Kremlin. Desde a mais recente “purga” sangrenta na Ucrânia, ninguém mais, no Oeste, deseja passar a fazer parte integrante da satrapia do Kremlin que continua a ostentar o nome de Ucrânia soviética. As massas operárias e camponesas da Ucrânia Ocidental, da Bukovina, da Ucrânia sub-carpática, estão na confusão mais completa. Para onde se hão-de virar? Que reivindicar? E, como é evidente, sendo a situação a que é, a direcção desliza para as mãos das mais reaccionárias das cliques ucranianas, que exprimem o seu “nacionalismo” tentando vender o povo ucraniano a um ou outro dos imperialismos em troca de uma promessa de independência fictícia. É nesta trágica confusão que Hitler alicerça a sua política na questão ucraniana. Dissemos no passado que sem Stalin (portanto, sem a fatal política do Comintern na Alemanha) não teria havido Hitler. Hoje, podemos acrescentar: sem a violação da Ucrânia soviética pela burocracia estalinista não haveria política hitleriana para a Ucrânia.

Não nos vamos demorar aqui na análise dos motivos que levaram Hitler a rejeitar, pelo menos para já, a palavra de ordem de Grande Ucrânia. Há que procurar as razões do facto, por um lado, na política de banditismo do imperialismo alemão, por outro lado, no medo de evocar demónios que poderiam vir a ser difíceis de exorcizar. Hitler deu a Ucrânia sub-carpática de presente aos carneiros húngaros<sup>(8)</sup>. E isto fez-se, se não com a aprovação aberta de Moscovo, pelo menos na convicção de que ela viria. Era como se Hitler tivesse dito a Stalin: “Se eu me preparasse para atacar a Ucrânia soviética amanhã, teria ficado com a Hungria sub-carpática.” À guisa de resposta, no XVIIIº congresso<sup>(9)</sup>, Stalin tomou abertamente a defesa de Hitler contra as calúnias das “democracias” ocidentais. Hitler tenciona atacar a Ucrânia? Qual quê! Lutar contra Hitler? Não há razão para isso. É manifesto que Stalin interpreta a entrega da Ucrânia sub-carpática à Hungria como um gesto de paz<sup>(10)</sup>.

Isto significa que as diferentes fracções do povo ucraniano passaram a ser nem mais nem menos do que uma moeda de troca das maquinações internacionais do Kremlin. A IVª Internacional tem de compreender claramente a enorme importância da questão ucraniana para o destino não apenas do Sudeste da Europa, mas também da Europa no seu todo. Está em causa um povo que tem dado provas de vitalidade, que tem uma população igual à da França, que ocupa um território excepcionalmente rico e que, ainda por cima, tem a maior importância estratégica. A questão da Ucrânia está posta em toda a sua amplitude.

É preciso uma palavra de ordem clara e precisa, que corresponda à situação actual. A meu ver, existe, em minha opinião, uma única palavra de ordem assim: *por uma Ucrânia soviética, operária e camponesa, unida, livre e independente!*





Este programa começa por estar em oposição irreconciliável com os interesses das três potências imperialistas, a Polónia, a Roménia e a Hungria. Só os imbecis pacifistas incorrigíveis podem acreditar que a emancipação e unificação da Ucrânia possam realizar-se por meios diplomáticos pacíficos, referendos, decisões da sociedade das Nações, etc. Não valem muito mais uns do que os outros, todos estes “nacionalistas” que propõem que se resolva a questão da Ucrânia utilizando um imperialismo contra outro. Hitler deu uma lição preciosa a tais aventureiros ao entregar a Ucrânia sub-carpática (por quanto tempo?) aos húngaros, que não perderam tempo e massacraram grande número desses ucranianos cheios de confiança. Enquanto a saída depender da força militar dos Estados imperialistas, a vitória de um bloco ou do outro só pode significar um novo desmembramen-

to e uma subjugação ainda mais brutal do povo ucraniano. O programa da independência ucraniana na época do imperialismo prende-se directa e indissolivelmente com o programa da revolução proletária. Seria criminoso alimentar ilusões nesta matéria.

Porém, a independência de uma Ucrânia unificada implicaria a separação da Ucrânia e da URSS, vão-se pôr a gritar em coro os “amigos” do Kremlin. E que mal tem isso? respondemos nós. A adoração beata das fronteiras entre Estados é-nos completamente alheia. Não apoiamos a tese do todo “uno e indivisível”. Aliás, a própria Constituição da URSS reconhece o direito à autodeterminação dos povos federados que a compõem e, portanto, o seu direito a separarem-se. Nem a oligarquia todo-poderosa do Kremlin ousa negar este princípio. Ele pode só subsistir no papel: a mínima tentativa de

levantar abertamente a questão de uma Ucrânia independente acarretaria a execução imediata por traição. Mas é exactamente esta supressão sem vergonha de todo o pensamento nacional livre que fez com que as massas trabalhadoras da Ucrânia, mais ainda do que as da Grã-Rússia, considerassem o governo do Kremlin como uma opressão monstruosa. Com tal situação interna, é evidentemente impossível falar de que a Ucrânia Ocidental adira voluntariamente à URSS tal como esta actualmente é. Consequentemente, a unificação da Ucrânia pressupõe a libertação da Ucrânia dita “soviética” da bota estalinista. Também neste domínio, a clique bonapartista não estará senão a colher o que semeou.

“Mas não representaria isso um enfraquecimento militar da URSS?” berrarão, assustados, os “amigos” do Kremlin. Nós respondemos que a URSS é enfraquecida pelas cada vez mais fortes tendências centrífugas que a ditadura bonapartista engendra. Em caso de guerra, o ódio das massas pela clique dirigente pode fazer com que todas as conquistas sociais de Outubro se desmoronem. A origem destas disposições derrotistas está no Kremlin. Por outro lado, uma Ucrânia soviética independente continuaria a ser, até em virtude dos seus próprios interesses, um poderoso baluarte a sudoeste da URSS. Quanto mais depressa a casta burocrática actual for minada, derrubada e varrida, mais sólida passará a ser a defesa da República Soviética e mais certo o seu futuro socialista.

É evidente que uma Ucrânia operária e camponesa independente poderia aderir mais tarde à federação soviética, mas pela sua própria vontade, nas condições que entendesse aceitáveis, o que supõe, por sua vez, uma regeneração revolucionária da URSS. A verdadeira emancipação do povo ucraniano é inconcebível sem uma revolução ou série de revoluções a Ocidente, que acabariam por ter de desaguar na criação dos Estados

## ● DOCUMENTO

»»»

Unidos Soviéticos da Europa. Uma Ucrânia independente poderia então aderir a essa federação enquanto parceiro igual – e de certo o faria. A revolução proletária na Europa não deixaria, por sua vez, pedra sobre pedra da revoltante estrutura do bonapartismo estalinista. Em tal caso, a união mais estreita entre os Estados Unidos Soviéticos da Europa e a URSS regenerada seria inevitável, apresentando vantagens infinitas para os continentes europeu e asiático, incluindo, também, a Ucrânia. Estamos, já, todavia, a deixar-nos arrastar para questões de segunda ou terceira ordem. A questão principal é a garantia revolucionária da unidade e da independência de uma Ucrânia operária e camponesa na luta contra o imperialismo, por um lado, e contra o bonapartismo de Moscovo, por outro.

A Ucrânia é particularmente rica e experiente em vias sem saída na luta pela sua emancipação nacional. Experimentou-se tudo: a Rada pequeno-burguesa e Skoropadsky, Petliura e a “aliança” com os Hohenzollern e as combinações com a *Entente*<sup>(11)</sup>. Depois de todas estas experiências, só cadáveres políticos podem continuar a depositar esperanças numa das fracções da burguesia ucraniana para dirigente da luta nacional pela emancipação. Só o proletariado ucraniano tem condições não só para resolver esta tarefa – que é revolucionária na sua essência – como para tomar a iniciativa de resolvê-la. O proletariado e só o proletariado pode agregar à sua volta as massas camponesas e a inteligentsia nacional autenticamente revolucionária.

Ao principiar a última guerra imperialista, os ucranianos Melenevsky (“Basok”) e Skoropis-Ieltukhovskyl<sup>(12)</sup> tentaram pôr o movimento de libertação ucraniano debaixo da asa do general dos Hohenzollern, Ludendorff<sup>(13)</sup>. Fizeram-no cobrindo-se de frases “de esquerda”. Os marxistas revolucionários correram com essa gentilha de uma só assentada. É



“Alistem-se na cavalaria vermelha!” (cartaz em ucraniano da República Soviética da Ucrânia, 1920)

assim que os revolucionários terão que continuar a comportar-se no futuro. A guerra que aí vem vai criar uma atmosfera favorável a todo o género de aventureiros, milagreiros e demandadores de tosões de ouro. Esta gente, que gosta especialmente de aquecer as mãos nas questões nacionais, não deve galgar o raio de acção dos canhões do movimento operário. Nenhum compromisso com o imperialismo, seja ele fascista ou democrático! Nenhuma concessão aos nacionalistas ucranianos, sejam eles reaccionários-clericais ou pacifistas-liberais! Não às “frentes populares”! Independência total

do partido proletário enquanto vanguarda dos trabalhadores!

É isto que me parece ser uma política correcta para a questão ucraniana. Falo aqui pessoalmente, em meu próprio nome. A questão deve ser aberta à discussão internacional. O primeiríssimo lugar nesta discussão deve pertencer aos marxistas revolucionários ucranianos<sup>(14)</sup>. Escutaremos as suas vozes com a máxima atenção. Mas eram bom que se despachassem. Resta pouco tempo para nos prepararmos!

## As notas abaixo são da redacção do Instituto Leão Trotsky, nas Obras (tomo 21) publicadas em 1986 em francês

(1) A Ucrânia e as terras ucranianas estavam então divididas, de facto, entre a URSS, a Polónia, a Roménia e a Hungria.

(2) Trotsky alude à política de Hitler para a questão ucraniana, que começa depois de Munique e termina com o despedaçamento da Checoslováquia em Março de 1939. A parte ucraniana da Checoslováquia, a Ruténia, fora dotada de autonomia, e o seu governo, presidido por Monsenhor Voloisin, com J. Revay, apoiado na milícia nacional Sitch, tornara-se no centro de agitação e organização do nacionalismo ucraniano debaixo da asa alemã: enquanto tal, o Estado ruteno era incapaz de subsistir de maneira independente, mas era uma testa de ponte para a Ucrânia Soviética, adoptando mesmo, em Janeiro de 1939, o nome de Ucrânia carpática: o governo de Chust (a aldeia feita capital) entrara em contacto com todos os meios brancos emigrados. Foi provavelmente no início de 1939 que, no âmbito de um plano que visava a aproximação à URSS, o governo alemão abandonou os projectos de "Grande Ucrânia", que haviam sido tema e orquestração do governo de Chust em prol do despedaçamento da Checoslováquia. O exército alemão ocupou a Boémia e a Morávia em 15 de Março; no dia 16, com a autorização de Berlim, o exército húngaro ocupou a Ruténia, que iria anexar. Deixou de se falar de "Grande Ucrânia".

(3) Estas cartas, depositadas no Instituto Internacional de História Social de Amsterdão, foram publicadas nos dois volumes dos *Trotsky's Papers* na Haia. Alguns anos antes, Trotsky não teria deixado passar a ocasião de recordar a palavra de ordem que Lenin

trouxera a Rakovsky.

(4) Tarass H. *Chevchenko* (1814-1861), poeta ucraniano, professor em Kiev, organizador da Confraria de Cirilo e Metódio, partidário de uma Ucrânia nacional profundamente reformada, é o pai do nacionalismo ucraniano moderno.

(5) *Kobzar* é o título de uma célebre recolha de poemas de Chevchenko, publicada imediatamente antes do seu exílio de 1840.

(6) Dimitri Z. *Manuilsky* (1883-1952), que fora companheiro de exílio de Trotsky em Paris e seu colaborador no jornal *Nache Slovo*, passara, no tempo de Stalin, a ser um dos secretários da IC, sendo um executante sem personalidade. Foi a 11 de Março de 1939 que apresentou o seu relatório sobre a IC ao partido russo.

(7) Georgi V. *Dimitrov* (1882-1949), antigo dirigente do partido social-democrata dos *tesnjaki*, próximo do bolchevismo e dos sindicatos búlgaros, antigo responsável do secretariado de Berlim da IC, fora o herói do processo de Leipzig de 1933; desde então passara a figura de proa, e secretário-geral, da IC.

(8) Quando da ocupação da Ruténia pelo exército húngaro (cf. mais acima), este entregou-se a vários massacres em aldeias povoadas por ucranianos.

(9) O relatório de Stalin ao XVIIIº congresso foi apresentado a 10 de Março de 1939.

(10) Stalin vincara, no seu discurso, nomeadamente, a publicidade dada pela imprensa ocidental à Ucrânia carpática e aos seus projectos de "Grande Ucrânia", publicidade que, segundo ele, servia para fazer com que a Alemanha atacasse a URSS, o que até então não fizera, já que havia deixado a Hungria anexar a Ruténia.

(11) A Rada (ou conselho) formada por nacionalistas moderados e conciliadores, tomara o poder na Ucrânia em Fevereiro de 1937. Pavel P. *Skoropadky* (1873-1945) general do exército do czar em 1914, sublevoou-se

depois de Outubro de 1917 e assumiu o título de atamã (hetman em alemão) da Ucrânia, onde governou por conta do ocupante alemão. Fugiu em Novembro de 1918. Semion V. *Petliura* (1879-1926), antigo social-democrata passado a nacionalista membro da Rada, foi o chefe do seu exército e depois o inspirador do directório que governou a Ucrânia durante algum tempo. Batido pelo Exército Vermelho, refugiou-se na Polónia e beneficiou do apoio de Pilsudski e da *Entente* quando da ofensiva polaca contra a Rússia soviética, em 1920. Comandou as unidades ucranianas, apresentando-se como "libertador".

(12) M. I. Melenevsky, dito *Basok* (1879-1938), e Oleksander Skoropis-letukhovskyl, primeiro membros do partido revolucionário ucraniano, fundaram depois a união social-democrata ucraniana. Em 1914, sob protecção do exército alemão, fundaram em Lemberg (Lviv ou Lvov) uma União pela Libertação da Ucrânia e, durante a guerra, foram colocados em funções administrativas nos territórios ucranianos ocupados pelo exército alemão.

(13) Erich von *Ludendorff* (1865-1937), general prussiano, era "quartel-mestre geral" no grande estado-maior do Reich alemão na época do último imperador Hohenzollern, Guilherme II. Profundamente reaccionário, era um dos chefes militares mais políticos.

(14) Toda uma geração de marxistas ucranianos fora exterminada por Stalin na URSS. Trotsky não podia ignorá-lo, e o seu apelo dirigia-se aos "marxistas revolucionários" dos outros países. Pelo menos um deles, e não o menor, partilhava a análise de Trotsky sobre a questão da independência da Ucrânia. Roman *Rosdolsky*, entrado em 1915 no movimento revolucionário, depois dirigente do PC da Ucrânia Ocidental, estava em ligação com a secção polaca da IVª Internacional. Ensinava na Universidade de Lvov (Lviv ou Lemberg).

● ANÁLISE

# Ucrânia: revolução ou desmembramento das nações?

(Março de 2014)

Para esclarecer as raízes e o que está em causa na guerra em curso, *A Internacional* publica o artigo escrito em 2014 e publicado na revista *La Vérité* (n° 81, Março de 2014), na altura revista teórica da IV<sup>a</sup>

*Internacional*, antes do seu confisco, em 2015, por aqueles que constituiriam o centro revisionista. Este artigo foca o significado dos acontecimentos de 2014 na Ucrânia, quando o poder oligárquico pró-russo foi derrubado por forças de extrema-direita ligadas à NATO e à União Europeia.

No final de Fevereiro de 2014, de Bruxelas a Washington, passando por Paris, Berlim e Londres, os “grandes deste mundo” festejam a “revolução” que, acham eles, acaba de correr com o ex-presidente da Ucrânia, Ianukovich<sup>(1)</sup>. No Kremlin, fustiga-se o novo poder de Kiev, tanto mais que “saíra de uma revolta” Revolta? Revolução? Uma revolução é um poderoso movimento vindo de baixo que procura destruir a ordem política e/ou social estabelecida e substituí-la por outra. Será o caso? No jornal *Süddeutsche Zeitung* (25 de Fevereiro), Lilia Chevtsova declara em nome de um “think tank” dedicado à promoção dos



interesses dos Estados Unidos, o Carnegie Endowment for International Peace, entusiasmada com a perspectiva de a Ucrânia aderir em breve à NATO:

*“A Ucrânia mostrou ser o elo fraco da cadeia pós-soviética. Todos devemos ter presente que tais levantamentos são possíveis noutros países. (...) Todos podemos esperar que os ucranianos não voltem a ser desiludidos pela Europa e, também, que as forças democráticas da Rússia<sup>(2)</sup> sejam capazes de superar a sua actual decepção com a Europa.”*

E a senhora Chevtsova extasia-se com a acção dos “grupos radicais”, citando, nomeadamente, o grupo abertamente pró-nazi *Pravyi Sektor*<sup>(3)</sup>. Na véspera, fora a vez do antigo conselheiro do presidente Carter, Zbigniew Brzezinski, escrever no *Financial Times* que “*mais cedo ou mais tarde, a Rússia terá que vir atrás, sob pena de se isolar e de ficar como relíquia imperial em estagnação.*”

A agência de informação privada Stratfor (conhecida pela sua ligação estreita aos serviços se-

cretos americanos) afina pelo mesmo diapasão:

*“O Ocidente quer ver frutos do seu bem sucedido apoio aos protestos antigovernamentais na Ucrânia a uma escala alargada, numa campanha por toda a região.”*

Ao comentarem os acontecimentos ucranianos, estes porta-vozes do imperialismo mundial não têm os olhos só voltados para “leste”, mas também para “oeste”.

*“As crises ucranianas dão ensejo a que a União Europeia devolva o sentido ao seu projecto e orgulho aos seus cidadãos”,* escreve *Les Echos*, o diário do capital financeiro em França. Re-afçando a escolha da data das eleições presidenciais antecipadas na Ucrânia, marcadas para 25 de Maio, data das eleições para o “Parlamento” europeu, o diário acrescenta: *“poderá ser que (...) os ucranianos votem pelos valores da Europa no mesmo momento em que cidadãos da União, pelo seu voo ou pela sua abstenção, exprimam a sua desconfiança face ao projecto europeu?”*

Estas poucas declarações<sup>(4)</sup> são

indicação de como, para o imperialismo mundial e, especificamente, para o imperialismo americano, os acontecimentos da Ucrânia se enquadram plenamente na política de desmembramento das nações, consequência do regime falido da propriedade privada dos meios de produção. Política que, com o nome de “Novo Médio Oriente” aqui, de conflitos pretensamente “étnicos” acolá, de atentados à soberania nacional, campeia pelo mundo inteiro.

O desmembramento a que se assiste na Ucrânia deve, segundo referem estes porta-vozes do imperialismo, servir de ponta de lança de uma nova ofensiva apontada ao desmembramento e ao saque da Rússia. Deve, ainda, ser igualmente usado como elemento de pressão e de terror contra a luta de classe em cada país da União Europeia, onde se vêem os trabalhadores a tentarem pegar nas suas organizações para se levantarem contra a política de destruição dos governos que levam à prática os planos da União Europeia, do BCE e do FMI (a “troika”).

## Ucrânia em vias de fragmentação?

As muitas declarações dos dirigentes americanos e da União Europeia a dizerem que querem “manter a integridade territorial” da Ucrânia são pura hipocrisia: ao escrevermos estas linhas, o processo de desmembramento da Ucrânia já está em marcha. E, posto que não consigam dominar todos os processos de fragmentação que eles próprios puseram em marcha, estes dirigentes arcam com a total responsabilidade por eles.

Logo que Ianukovich fugiu, a Rada suprema (o Parlamento) – a mesma assembleia que, ontem ainda, prestava vassalagem a Ianukovich – adoptou uma bateria de projectos de lei, mais reacçãoários uns do que os outros, preparando condições para uma guerra civil de decomposição. Entre tais medidas, chamaremos a

atenção para a revogação da lei Kolesnichenko sobre as línguas oficiais. Esta lei estabelecia que, em cada região ou distrito em que 10% ou mais da população falasse outra língua que não o ucraniano (na maioria dos casos, a língua russa, mas também as línguas húngara, romena, etc.), essa segunda língua fosse reconhecida como língua oficial ao mesmo título do ucraniano.

A Ucrânia actual, resultante da desagregação da União Soviética e de uma longa história anterior (leiam-se as referências históricas abaixo), consiste maioritariamente de uma população ucraniana, mas também de minorias nacionais (russos – por sua vez maioritários na Crimeia –, húngaros, tártaros da Crimeia...). Já sem falar destas minorias nacionais falantes da sua própria língua, cerca de metade de própria população ucraniana não tem como língua materna o ucraniano, mas sim o russo. Sejam quais forem as limitações da lei Kolesnichenko, o reconhecimento de outras línguas, além do ucranianas, como línguas oficiais era o reconhecimento de um direito democrático fundamental e, por conseguinte, factor de unidade nacional da Ucrânia enquanto nação que reconhece todas as línguas dos seus cidadãos, mesmo das minorias nacionais não ucranianas.

Concretamente, a revogação de tal lei torna a vida impossível ao cidadão ucraniano não “ucranófono”, seja ele um russófono de nacionalidade ucraniana ou membro de uma minoria nacional (russa, tártara, húngara...), o que equivale a cerca de metade da população, pois o mais humilde documento administrativo está redigido ou tem de ser redigido numa língua que ele não domina suficientemente. Ao decidir revogar esta lei, o novo poder ucraniano e os seus “padrinhos” de Bruxelas e Washington decidem conscientemente fabricar, a curto prazo, aquilo que os meios de comunicação amanhã apresentarão hipocritamente como um “conflito étnico”<sup>(5)</sup>.

## Desmembramento das nações e FMI: da ex-Iugoslávia à Ucrânia

Ao redigirmos este artigo, estão reunidos todos os ingredientes para a fragmentação geral da Ucrânia. Uma semana antes da queda de Ianukovich, as milícias armadas do partido de extrema-direita *Svoboda*<sup>(6)</sup> tinham já tomado o poder em todas as grandes cidades do Oeste. A leste do país, onde a população ucraniana é maioritariamente russófona, bastião tradicional dos “clãs” que apoiavam Ianukovich, há governadores a ameaçarem reagir com a desobediência às ordens do poder central. Em Kiev, onde as milícias do “Maidan”, incluindo grupos como o Pravyi Sektor, que desfilam sob o signo da cruz gamada, acabam de ser integradas nas forças da ordem, apela-se à constituição de colunas armadas para ir “libertar” o Leste do país e a Crimeia...

Na Crimeia, a situação é explosiva. Península no Mar Negro anexada à Ucrânia por Nikita Khrushchev em 1954, a sua população é maioritariamente russa, embora abrigue igualmente uma forte minoria tártara (turcófona e muçulmana), deportada em massa por ordem de Stalin em 1944<sup>(7)</sup>. Em reacção às leis reacçãoárias do novo governo de Kiev, dezenas de milhar de russos da Crimeia, pressionados pelas autoridades locais (cuja natureza mafiosa em nada se distingue do poder de Kiev), exigem a reanexação à Rússia. Acabam de se dar os primeiros recontros mortais entre russos e tártaros<sup>(8)</sup>. Nas vésperas da saída de Ianukovich, o jornal *Ukrainskaia Pravda*, próximo do que era então a oposição, publicava um relatório do SBOu (o ex-KGB ucraniano) a anunciar a fragmentação iminente do país. Uma semana mais tarde, estão reunidos todos os ingredientes. Porquê?

Repita-se: na Ucrânia, os “aprendizes de feiticeiro” que encabeçam o imperialismo americano – ele próprio em crise – con-

## ● ANÁLISE

>>> tnuam a ser tão pouco capazes como na Síria, no Iraque ou na África dos Grandes Lagos de controlar processos com que procuram até certo ponto “jogar”, apesar de terem sido eles a pô-los em marcha. Uma coisa é certa: se a Ucrânia enveredar pelo caminho com que, há mais de vinte anos, travaram conhecimento as repúblicas da ex-Iugoslávia, como em 1991, a responsabilidade será inteiramente do imperialismo e dos que acompanharam os seus planos. Cumprirá rejeitar como fabricações puras os pretensos “ódios ancestrais” e “étnicos” que os mesmo “aprendizes de feiticeiro” não se coibirão de invocar.

Essa fragmentação da Ucrânia, arrastando inevitavelmente a dos países limítrofes e da Rússia, teria, é claro, consequências ainda mais trágicas do que o desmembramento – organizado pelas grandes potências imperialistas e as suas correias de transmissão na burocracia “socialista” – da Iugoslávia em 1991-94. Um paralelo há que se pode desde já traçar com o que ocorreu nos Balcãs. Quando a Federação Iugoslava rebentou, Criton Zoakaos, economista na Polyeconomics, escreveu:

*“Quando a terapia de choque inicial do FMI<sup>(9)</sup> se abateu sobre a Iugoslávia, a primeira forma que a desordem social revestiu não foi a das tensões étnicas, mas de greves massivas, repetitivas e outras acções operárias. (...) A “limpeza étnica” só se deu depois de a “terapia de choque” do FMI ter feito o seu trabalho.”*

### **O programa do governo Iatseniuk: “Bem-vindos ao inferno!”**

Não teremos chegado ao nó do problema? Se andarmos para trás alguns meses, as manifestações – conhecidas como *euromaidan* – começaram quando o presidente Ianukovich e o seu governo, até esse momento partidários de assinar um “acordo de associação” com a União Europeia, deu uma reviravolta, em meados de Novembro, preferindo uma oferta do

governo russo (um crédito de 15 mil milhões de dólares).

Não é, todavia, despidendo recordar que este “acordo de associação”, tal como na Tunísia e noutros sítios, pressupunha a aplicação de uma bateria de medidas de uma brutalidade inominável, ditada pelo FMI, que iam do congelamento dos salários e das pensões ao aumento vertiginoso do preço do gás para as famílias. O jornal francês pró-União Europeia *Le Monde* confessava-o:

*“A ajuda financeira oferecida por Bruxelas (610 milhões de euros) é insignificante. Não ajuda que a condição para desembolsar o dinheiro fosse que Kiev aderisse ao programa de reformas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para recuperar a economia encurralada. Aproximar-se (da União Europeia) implicava uma boa dose de “reformas estruturais”, de esforço de desendividamento, de austeridade orçamental, prevenira Angela Merkel.”*

Em suma, a mesma política que está a atacar selvaticamente as massas, de Lisboa a Atenas, sob a égide da troika. O novo poder instalado em Kiev depois da fuga de Ianukovich para a Rússia não manteve o suspense sobre o seu programa e as suas intenções por muito tempo. Arseniy Iatseniuk passou a ser o novo primeiro-ministro no dia 26 de Fevereiro... Exactamente o que propusera, logo no dia 6 de Fevereiro, a representante do departamento de Estado norte-americano, Victoria Nuland, numa conversa telefónica com o embaixador americano em Kiev – conversa gravada sem eles saberem e tornada pública, provavelmente, pelos serviços secretos russos. Iatseniuk declarou:

*“Vamos ter de tomar medidas extremamente impopulares, porque o governo e o presidente anteriores eram de tal maneira corruptos, que o país ficou numa situação financeira desesperada. Estamos à beira do desastre, e este governo é um governo de kamikazes. Bem-vindos ao inferno!”*

Na véspera do anúncio oficial da composição do governo, um

grupo de militantes ucranianos<sup>(10)</sup> referia:

*“O primeiro-ministro, Arseniy Iatseniuk, cuja candidatura foi activamente apoiada pelos burocratas da União Europeia (Elmar Brok), declarou: “O ocidente vai-nos ajudar a sair da crise... Pedimos uma ajuda imediata aos nossos parceiros europeus. O programa do FMI tem que ser levado a efeito imediatamente.” Lembremos que a condição para o empréstimo do FMI é o aumento dos impostos para a população para o nível dos preços mundiais, a redução das conquistas sociais e a aceleração das reformas neoliberais. Esta declaração de Iatseniuk significa que este governo ouvirá a voz das instituições financeiras internacionais, mas não a voz do povo. A participação neste governo de uma personalidade tão simbólica como Viktor Pynzenyk – “pai espiritual” e “padrinho” das privatizações-rapina – mostra qual vai ser a orientação da política económica deste governo: o máximo de capitalismo liberal, o mínimo de Estado social. (...) A informação de que os dirigentes de estruturas abertamente nazis, como o “Pravyi Sektor”, irão ser integradas no SBOu (Segurança de Estado – NdR) e no ministério do interior, as tentativas de proibir “actividades comunistas” e as pressões sobre os meios de comunicação ilustram o carácter repressivo e antidemocrático deste governo.”*

Saliente-se o carácter totalmente enfeudado às instituições do imperialismo, à União Europeia e FMI, deste governo. E o significado da presença, num lugar importante, de Viktor Pynzenyk, considerado o “pai das privatizações” e da “terapia de choque” do início dos anos noventa. Já em 2010 este indivíduo sugeria ao embaixador americano<sup>(11)</sup> algumas medidas de urgência a tomar, entre as quais “aumentar a idade da reforma, triplicar o preço do gás para as famílias, privatizar todas as minas de carvão, parar com todos os subsídios estatais: abonos de nascimento, refeições gratuitas, fornecimentos escolares, etc.”

Um verdadeiro programa de guerra social – que mostra, do mesmo passo, que, apesar de vinte e três anos de privatizações mafiosas, a classe operária ucraniana conseguiu, pela sua resistência, conservar algumas conquistas que a constituem como classe (aposentações, propriedade estatal das minas e de parte da indústria, regalias sociais), herança ainda por destruir das conquistas de Outubro de 1917. Tal como ontem na ex-Iugoslávia, para recuperar a frase cínica do economista citado mais acima, compreende-se por que é necessário ao imperialismo que a “limpeza étnica” acompanhe a “terapia de choque” do FMI.

## Recordar as condições em que a URSS se desmembrou, há vinte e três anos

Para os militantes da IVª Internacional, este desmembramento-decomposição remonta às próprias condições em que a União Soviética se desmoronou há vinte e três anos. É notável como, na Ucrânia como na Rússia, no Cazaquistão, na Moldávia ou na Bielorrússia, etc., as origens da camada social dominante e os diferentes regimes que a representam há vinte e três anos remontam à própria burocracia da URSS.

Não é este o lugar para recordar quais foram as razões da degenerescência da URSS e a natureza da burocracia, a sua função de “correia de transmissão do imperialismo”... As raízes da IVª Internacional remontam ao combate de Leão Trotsky e da Oposição de Esquerda no Partido Bolchevique contra a degenerescência da revolução de Outubro. Pagando-o com o extermínio físico de dezenas de milhar deles, os bolcheviques-leninistas lutaram, ao lado dos operários e camponeses soviéticos, pela revolução política para derrubar a burocracia – como parte integrante da unidade mundial da luta de classes. Lutaram, na URSS e no Leste da Europa, contra a “restauração



**Oligarcas russos levam os dólares para a Suíça e para Courchevel (estância de desportos de Inverno fina, nos Alpes franceses): “Como o ar da pátria nos é doce e agradável!”**

ção capitalista”. Quando a burocracia da URSS, levando às suas últimas consequências a sua capitulação ao imperialismo mundial, decidiu deitar borda fora a União Soviética, em 1991, a IVª Internacional escreveu:

“À pauperização vertiginosa da população laboriosa contrapõe-se o modo de vida luxuoso de uma pequena camada de traficantes e mafiosos saídos do aparelho, que tentam, à pala do “bloco dos democratas”, vender ao desbarato as riquezas do país, enchendo, de passagem, os bolsos de comissões” (La Vérité, Dezembro de 1991).

Ao que acrescentávamos:

“O carácter burguês da burocracia revela-se hoje quase naturalmente na maneira em que faz os possíveis por se acolher ao regaço da burguesia mundial. Este estádio último do seu desenvolvimento não lhe faz perder, em grau algum, nem a origem nem a natureza parasitária (bem pelo contrário). Ela nem uma rabadilha de burguesia pode vir a ser. Não tem meios (nem ambição) para constituir um capital nacional. Ainda que os mafiosos da economia paralela injectassem os seus 150 mil milhões de rublos, que, fosse como fosse, só seriam investidos em sectores especulativos, a enorme crise de liq-

uidez que está a assolar com cada vez maior brutalidade a economia mundial e em que assentam os planos de saque do FMI barra toda a esperança de investimento à altura nem que seja de uma fracção modesta das necessidades gigantescas da economia soviética. Aos mafiosos que se derramaram das entranhas do aparelho não resta, por conseguinte, senão contar os dividendos da sua subordinação política ao imperialismo americano e as gorjetas da privatização. A burocracia em decomposição é uma mera camada ancilar e supletiva do imperialismo mundial, sem carácter nacional, uma casta de trapaceiros, traficantes e mafiosos pronta a vender-se e a vender a propriedade do Estado a quem der mais e mesmo a quem não dê quase nada” (La Vérité, Dezembro de 1991).

Não será isto uma caracterização quer dos Ianukovich e dos “clãs” em que se apoiou, quer dos que hoje sustentam o “novo poder” instalado em Kiev? E, também, dos grupos de oligarcas em que se estriba o Kremlin na Rússia ou da camada social em que assenta o regime de Nazarbaiev (antigo secretário-geral do PC do Cazaquistão e presidente do Cazaquistão “democrático” e “independente”? desde 1991<sup>(12)</sup>?

## ● ANÁLISE

### >>> **“Uma casta de trapaceiros, traficantes e mafiosos pronta a vender-se”**

É pasmoso o brilhante percurso da musa da “revolução laranja” na Ucrânia, Iulia Timochenko, libertada da sua residência vigiada na sequência dos acordos assinados por Ianukovich e pela União Europeia no dia 21 de Fevereiro.

Conforme realça um jornalista francês<sup>(13)</sup> ao fazer o seu retrato, ela “*não demorou a assimilar todas as subtilidades da finança internacional. Um ano após a independência do país, cria, em Chipre, a 8 de Outubro de 1992, a sociedade Somolli Enterprises, que irá rapidamente recolher 140 milhões de dólares. O maná provém da United Energy Systems of Ukraine, uma companhia dirigida, justamente, por Iulia Timochenko, que compra gás à Rússia e o distribui na região de Dniepropetrovsk. Colocada neste posto estratégico por Pavel Lazarenko, ministro da energia e depois primeiro-ministro da Ucrânia em 1996-97, (...) Iulia Timochenko tem uma trintena de anos na altura, é morena e sem as tranças que se tornariam típicas. “Desde então, conselheiros ocidentais, sem dúvida americanos, mudaram-lhe o visual, para a fazer passar por camponesa ucraniana”, faz constar Emilia Nazarenko, correspondente em Genebra do diário ucraniano Den. Antes de passar a musa da revolução laranja, a propensão de Iulia Timochenko era mais para o grande vizinho russo. Quanto a Pavel Lazarenko, suspeito de desvio de fundos, prefere pôr-se em fuga. Em Dezembro de 1998, é preso em Basileia (Suíça) na posse de um passaporte... panamenho. O juiz de instrução de Genebra, Laurent Kasper-Ansermet, que instrui o processo, vê-se obrigado a fazer de Pequeno Polegar para tentar localizar os fundos desviados. O dinheiro sai de Chipre para quatro cantões suíços, Friburgo, Genebra, Vaud e Zurique. (...) Preso depois nos Estados Unidos, o*

*antigo primeiro-ministro é, em 2006, condenado, na Califórnia, a nove anos de prisão, também por “branqueamento”. Iulia Timochenko começa por aparecer no processo americano como “co-conspiradora”, mas acaba, muito curiosamente, por ser depois ilibada. Acontece que, na Ucrânia, à cabeça do Bloco Iulia Timochenko – coligação de partidos de centro-direita – ela passara entretanto a musa da revolução laranja, considerada como pró-ocidental.”*

O carácter mafioso desta camada social – reflexo do apodrecimento do “mercado mundial” capitalista – explica-se por a “restauração capitalista” feita pela burocracia em 1991 se ter desenrolado em condições de decomposição do sistema assente na propriedade privada dos meios de produção, que não podiam dar na constituição de verdadeiras burguesias nem na Rússia, nem na Ucrânia nem em lado nenhum, mas sim na transformação da antiga burocracia numa camada burguesa, mafiosa e compradora. Esta, se bem que submetendo-se ao imperialismo mundial, pode também, por instinto de autopreservação, ver-se na contingência de prosseguir uma política que não coincida completamente com as necessidades do imperialismo mundial e do imperialismo americano em particular.

Assim se explica que Ianukovich e os “clãs” que ele representa, anteontem adeptos ferozes do “acordo de associação” com a União Europeia, virassem, ontem, de rumo e escolhessem a “oferta russa”. Pela mesma razão Putin e o seu regime, e a camada que representa, consideraram do seu interesse que a Ucrânia não se voltasse para a União Europeia e fizeram, portanto, essa oferta.

### **Preparar uma segunda etapa: desmembramento e pilhagem da Rússia**

Putin lembra-se de que a úl-

tima vaga de “alargamento a leste” da União Europeia (em 2004-05) se traduziu de imediato na adesão de todos esses países (países bálticos, Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria e, depois, a Roménia e a Bulgária) à NATO, circundando as fronteiras ocidentais da Rússia de uma cintura de bases militares americanas. Uma Ucrânia desmembrada, “iugoslavificada”, seria para o imperialismo uma alavanca potente contra a Federação Russa. Recorde-se que, em 1997, o antigo conselheiro do presidente Carter, Brzezinski, escrevia – por conta dos círculos dirigentes do imperialismo americano – a propósito da Ucrânia que ela era um “eixo estratégico”, portanto um país sem interesse nenhum por si só, mas que era preciso separar definitivamente da Rússia, pois “*sem a Ucrânia, a Rússia não pode acalantar pretensões de império euro-asiático*”. Depois da Ucrânia, escrevia Brzezinski, era preciso preparar uma segunda etapa, o desmembramento da própria Rússia:

*“Considerando o tamanho do país e a sua diversidade, um sistema político descentralizado e uma economia de mercado livre reuniriam as condições ideais para fazer frutificar (...) os vastos recursos naturais da Rússia. Uma Confederação da Rússia – composta por uma Rússia europeia, uma República Siberiana e uma República do Extremo Oriente – seria igualmente mais benéfica para desenvolver relações económicas mais estreitas com os seus vizinhos. Cada uma das entidades confederadas teria melhores condições para desenvolver o potencial criativo local, durante séculos abafado pela pesada pata burocrática de Moscovo. Assim, uma Rússia descentralizada terá menos propensão para fazer valer as suas pretensões imperiais” (Geoestratégia para a Eurásia, Foreign Affairs, 1997).*

Por trás disto esconde-se o espólio dos imensos recursos na-



turais, minerais, gasosos e petrolíferos da Rússia. É a “Rússia útil”, tal como, em 1993, a Brookings Institution falava da “África útil” (as suas riquezas) e “inútil” (os africanos).

O que se joga é uma segunda etapa da pilhagem da Rússia, dado que a vaga de privatizações-rapina dos anos noventa (no tempo de Ieltsin) não pôde ir até às suas últimas consequências devido à resistência da classe operária russa, que, tal como na Ucrânia, no Cazaquistão, na Bielorrússia, se agarrou com unhas e dentes às suas fábricas, às suas escolas, aos seus hospitais, à sua habitação, etc. (aquilo a que chamamos as “conquistadas de Outubro de 1917”).

Não é um cenário de “ficção científica”: quando o bilionário Khodorkovsky, dirigente do grupo petrolífero estatal Iukos e, na altura, “protegido” do Kremlin, quis fazer um acordo directo com a multinacional americana Exxon-Mobil nas costas do Kremlin, este meteu-o na prisão por dez anos. Por isso se quer Brzezinski desembaraçar da “*pesada pata burocrática de Moscovo*”.

### Putin apela à “continuação do trabalho com a Ucrânia, o FMI, o G8”

Significará isto que seja de ter a mínima ilusão de que Putin e o seu regime se oponham ao imperialismo e o combatam? Em 2004, quando a “revolução laranja” correu pela primeira vez com um poder corrompido com origem na burocracia para substituí-lo por outro do mesmo jaez, tão corrompido como o outro, mas capaz de dar mais garantias de vassalagem às instituições internacionais do capital, escrevíamos:

“*Putin é um agente americano. Mas é um agente americano que, por necessidades da sua própria sobrevivência política, tem que conservar algumas prerrogativas, mesmo no ponto de vista do seu poder burocrático-militar, baseado na pilhagem*

*e destruição do país, o que pode colocá-lo em contradição com as necessidades imediatas e a política do imperialismo americano.*”

Acrescentávamos:

“*Ninguém pode negar que há hoje uma explosão na Ucrânia que pode acabar no desmantelamento não só da nação ucraniana, mas da Europa toda. (...) temos explicado, nos últimos dez anos na Ucrânia, que a própria natureza da burocracia estalinista só podia dar, não na restauração capitalista, mas nesta política de desmantelamento das nações, pilhagem do país, destruição da força de trabalho e sua destruição física*”<sup>(14)</sup>.

Estas afirmações continuam a ser profundamente verdadeiras. Se Putin, Medvedev e outros se desfazem em declarações contra a ingerência americana e a operação de desmembramento da Ucrânia, se dão acolhida na Rússia a Ianukovich (tal como a deram ao antigo presidente do Quirguistão, Akaiev, depois da pretensa “revolução das tulipas” de Março de 2005, modelada na “revolução laranja”) e mandam fazer exercícios militares, fazem-no para defender a sua margem de manobra. Compreendem que, como em Setembro de 2013 na Síria, quando uma proposta diplomática russa “salvou” Obama, metido até ao pescoço na crise de dominação imperialista a



Greve dos mineiros na Ucrânia, 1993

propósito de uma eventual intervenção militar, sendo embora uma peça da “ordem mundial” imperialista, pode perfeitamente acontecer que o imperialismo se veja na contingência de lhes reservar o mesmo destino que aos Ianukovich, Khadafi ou Saddam Hussein. Por um lado, Putin “mostra músculo”. Por outro, manda o seu governo, em comunicado do Kremlin de 28 de Fevereiro “*continuar a discutir com a Ucrânia matérias económicas e comerciais e tomar contacto com os seus parceiros estrangeiros, o FMI e o G8, a respeito de uma ajuda financeira*”. Comentário da agência Reuters: “*Este apelo à cooperação, nomeadamente com o G8 e o FMI, confirma que Putin não tenciona deixar a Rússia ficar à margem da ajuda financeira e económica de que a Ucrânia precisa.*”

### A principal “conquista de Outubro” que subsiste: a classe operária

Reafirmando o que escrevemos em 2004, podemos acrescentar igualmente esta conclusão tirada do mesmo relatório anteriormente citado:

“*O que hoje se vê na Ucrânia não só confirma esta avaliação [da natureza da camada saída da burocracia – NdR], como confirma que não há outra saída (mesmo no terreno democrático mais elementar da defesa da soberania da nação ucraniana, da sua unidade) a não ser a luta pela defesa e reconquista das conquistas de Outubro de 1917. A não ser a luta no terreno da propriedade social, indissociável da existência da classe operária e da própria nação ucraniana.*”

Com efeito, na Ucrânia, como na Rússia, na Bielorrússia, no Cazaquistão, na Moldávia, etc., há uma classe operária. Uma classe operária que pagou muito caro a vaga de privatizações-rapina dos anos noventa, mas que, pela sua luta de classe, conseguiu preservar a sua existência, apesar dos golpes que tem sofrido. O simples enun-

## ● ANÁLISE

>>> ciado das medidas anti-operárias propostas pelo governo ucraniano aos seus padrões de Washington e Bruxelas é um rol de tudo o que ainda está por destruir das conquistas herdadas de Outubro de 1917. Neste ponto de vista, é-nos indispensável compreender que a principal conquista de Outubro de 1917, a que unifica tudo o que resta das outras, é a própria classe operária. Uma classe operária que manifesta instintivamente a sua aspiração a sobreviver, como aquele mineiro anónimo ao declarar, citado por uma rádio francesa no dia 25 de Fevereiro:

*“Eu extraio carvão de manhã à noite. Mas aos 45 anos, vou-me aposentar, enquanto vocês, lá na União Europeia, têm de trabalhar até aos 60 anos e mesmo mais.”*

Apesar da marcha ao desmembramento da Ucrânia, apesar dos golpes que já tinha sofrido e dos golpes ainda mais brutais programados, a existência desta classe operária deixa em aberto a alternativa histórica “socialismo ou barbárie”, como acaba de o mostrar o levantamento operário do início de Fevereiro na Bósnia-Herzegovina, que, em poucos dias, fez explodir o quadro institucional podre da “cantonização étnica” que remonta aos acordos assinados na base americana de Dayton em 1994. Os operários de Tuzla (grande cidade industrial da Bósnia), ao protestarem contra a privatização das suas fábricas, agruparam-se à volta dos seus sindicatos, tomaram de assalto os edifícios oficiais e deram cabo das divisões “étnicas” a que o imperialismo pretendia “acantoná-los” nos últimos vinte anos – unindo-se por sobre as divisões de nacionalidade, sérvia, croata, bósnia, ao grito de *“Morte ao nacionalismo!”* (recuperando a palavra de ordem dos partisans da revolução iugoslava, *“Morte ao fascismo!”*)<sup>(15)</sup>. Na Bósnia, como na Ucrânia e no mundo inteiro, tal como afirma o programa da IVª Internacional, *“tudo depende do proletariado e, portanto, em primeiro lugar, da sua vanguarda revolucionária”*.

## O “euromaidan” e o movimento operário

Por outras palavras, a questão central é a da independência necessária do movimento operário. Estruturadas pelas ONGs e pelos “partidos” de oposição, agências do imperialismo<sup>(16)</sup>, as manifestações ditas “euromaidan” beneficiaram todavia de um contexto favorável. Há mais de vinte anos que os sucessivos governos saídos da decomposição da burocracia e dos seus clãs mafiosos (Kuchma, Ianukovich), mas também os governos oriundos da “revolução laranja” (Iushchenko, Tymoshenko) privatizam, liquidam, destroem, pilham... sem deixar, é claro, de molhar generosamente o bico. Nestas condições, compreende-se que muitos cidadãos, reformados, camponeses, estudantes mesmo uma fracção da classe operária, com ilusões e confusão, participassem nas manifestações.

O grande problema é que uma parte dos dirigentes do movimento operário apelou à participação nas manifestações logo em Novembro de 2013. Em particular, os dirigentes da Confederação de Sindicatos Livres da Ucrânia (KSPU), constituída em volta do poderoso Sindicato Independente dos Mineiros, um sindicato cujas raízes remontam às poderosas greves dos mineiros soviéticos contra a burocracia nos anos 1989-90. E aconteceu o que tinha de acontecer: em finais de Dezembro, da tribuna do maidan, os dirigentes do Svoboda lançam um apelo:

*“Há provocadores comunistas concentrados na esquina da avenida Kreshatik!”*

De imediato, uma centena de caceteiros dirige-se para as bancas da Confederação de Sindicatos Livres da Ucrânia e espanca os militantes sindicais. Num artigo intitulado “A Ucrânia, a “esquerda” e o movimento operário”, publicado nas *Rabochie Izvestiya* (n°42, de Fevereiro/Março de 2014)<sup>(17)</sup>, um camarada faz esta pergunta:

*“Podia ser de outra maneira*

*quando se chamam militantes operários a participar nas mesmas manifestações que fascistas autênticos, herdeiros de Stetsko e Bandera?”*

O mesmo artigo agarra em alguns grupos de “esquerda”, entre os quais um grupo com um nome muito mal achado, “oposição de esquerda” (e ligado ao “Secretariado Unificado”, que usurpa a bandeira da IVª Internacional)<sup>(18)</sup>:

*“O movimento operário não só tem que defender os direitos sociais dos trabalhadores, mas também as condições da sua própria luta de classe. Por isso não pode o movimento operário ignorar a agressão permanente do imperialismo (e, em primeiro lugar, da principal potência imperialista, os Estados Unidos) contra a soberania das nações, contra o direito dos povos a disporem de si próprios. Ao ignorarem estes princípios elementares do movimento operário, os nossos “esquerdistas” foram a correr para o maidan com palavras de ordem e bandeiras. O que é que eles lá foram dizer? “O euromaidan, dizem-nos eles, é um movimento do povo miúdo contra um poder corrupto. A entrada na União Europeia, pelo contrário, há-de-nos trazer uma vida política mais limpa, em que o movimento operário se poderá desenvolver.” Argumento que já ouvimos, há dois anos, na Rússia, quando, em nome da luta contra o “partido dos vigaristas e ladrões”, a “extrema-esquerda” tomava a palavra do alto das tribunas da praça Bolotnaia<sup>(19)</sup> ao lado do chauvinista Navalny e dos antigos ministros-oligarcas da época de Ieltsin. Para que precisa o movimento operário deste género de aliados-prikhvatizadores<sup>(20)</sup>?”*

Polémica excessiva deste camarada nas *Rabochie Izvestiya*? Os nossos leitores que avaliem: foi com a palavra de ordem *“Pela União Europeia, Europa socialista”* que o grupo pablista ucraniano foi participar no euromaidan logo em Novembro de 2013..

Em Fevereiro de 2014, a *Inprecor/International Viewpoint*, a revista pablista, publicou vários artigos sobre a Ucrânia, em que justificava o apoio da “esquerda” e do mo-

vimento operário ao “euromaidan”, caracterizado como “revolta de massas dos ucranianos pela democracia”! Mai longe, lê-se que “a questão mais urgente que a Ucrânia enfrenta não é nem a União Europeia nem os sindicatos, mas o simples facto de os oligarcas pagarem impostos”. Em suma, em nome da “luta contra os oligarcas” (luta modesta, visto que se trata simplesmente de os pôr a pagar uns impostos), participe-se nesta autêntica ofensiva imperialista de desmembramento! E reivindicam ser parte integrante do movimento:

“Quando, em fins de Novembro de 2013, os militantes de esquerda

lançaram o apelo à auto-organização, não podiam imaginar como o povo iria tomar a a seu cargo a responsabilidade de varrer a odiada classe política”<sup>(21)</sup>.

Contudo, a classe operária, o movimento operário, na Ucrânia como em todos países da ex-URSS, ainda não disse a última palavra. Como conclui o artigo citado mais acima, das *Rabochie Izvestiya*:

“O movimento operário, pela sua parte, não pode ignorar as aspirações nacionais ucranianas e a sua legitimidade. Mas o florescimento da cultura, da língua, da nação ucranianas não se podem fazer enquanto o país se

fragmenta, Bruxelas e Washington se ingerem, se desindustrializa, se destroem as conquistas sociais dos trabalhadores, conforme exigem ao governo a União Europeia e o FMI.”

Para avançar por esta via, vai ser preciso que, inevitavelmente, as forças do movimento operário que queiram preservar uma posição de classe se reagrupem, no contexto da luta da classe operária no plano internacional, de modo a ajudar o proletariado da Ucrânia e da Rússia a agarrarem o seu destino nas mãos. ●

**Dominique Ferré, 1 de Março de 2014**

## Ucrânia: algumas referências

Sem nenhuma pretensão de querer aqui traçar a história da Ucrânia, assinala-se simplesmente que este Estado de 46 milhões de habitantes, resultante da desagregação da União Soviética (em 1991), mergulha as suas raízes no primeiro Estado eslavo, fundado no séc. X, a “Rus”, origem, igualmente, da própria Rússia e cuja aristocracia e população se converteram ao cristianismo sob a influência do vizinho Império Romano do Oriente (império bizantino). Este Estado entrou em declínio, desaparecendo no séc. XII, abatido pelas invasões de povos nómadas de origem tartaromongol. Na sequência destas invasões, o território da Ucrânia actual irá ser progressivamente dominado e partilhado por diferentes potência vizinhas: a Lituânia e a Polónia, o Império Austro-Húngaro (a oeste) e o Império Czarista russo a leste no século XVIII. O Império Czarista russo, “prisão dos povos”, abrangendo mais de cem nações, oprime a nação ucraniana, não reconhecendo nem a sua língua, nem a sua cultura nem mesmo a sua existência. Lenin e o Partido Bolchevique, lutando pelo “direito das nações a disporem de si mesmas”, particularmente no Império Russo, lutam

impiedosamente, no movimento operário do império, contra toda e qualquer adaptação ao chauvinismo grão-russo de grande potência, pelos direitos democráticos das nações oprimidas (incluindo o direito de se separarem da Rússia), condição para a unidade do proletariado, qualquer seja a sua nacionalidade. Quando a revolução de 1917 varre o czarismo, é proclamada a república na Ucrânia. Contudo, aliando-se a uma potência imperialista (a Alemanha), os nacionalistas burgueses ucranianos inauguram uma longa tradição reaccionária que faz deles joguetes das grandes potências, da colaboração com os nazis em 1941 à submissão à

NATO hoje.

Depois da revolução de Outubro de 1917, a guerra civil e a intervenção dos exércitos imperialistas devastam a Ucrânia, constitui-se uma República soviética, federada na URSS em 1922. Dá-se então, nesse quadro, um desenvolvimento imenso da língua, da cultura e da economia da nação ucraniana. A degenerescência do Estado operário constituído em 1917 irá, na Ucrânia, tomar a forma do brutal retorno do chauvinismo russo: os dirigentes comunistas ucranianos são eliminados em nome da luta contra o seu pretenso “nacionalismo”. A colectivização forçada, a fome que dela deriva e os métodos brutais da bu-



Greve dos mineiros na Ucrânia, Junho de 2020

## ● ANÁLISE

&gt;&gt;&gt;



Partisãs soviéticos na Ucrânia, em 1941

rocracia fazem perigar o poder soviético. Quando da agressão do imperialismo hitleriano à URSS (22 de Junho de 1941), um “nacionalista” chamado Stepan Bandera redige a “proclamação de independência” da Ucrânia, comprometendo-se a colaborar “com a grande Alemanha nacional-socialista, sob a direcção do seu chefe Adolf Hitler, que está a instaurar uma ordem nova na Europa”. A Organização dos Nacionalistas Ucrânios-Exército Insurreccional da Ucrânia, de Bandera (cujas bandeiras rubro-negras floriram no Maidan em 2013-14) irá desempenhar o papel de ajudante dos nazis, liquidando os partisãs, os judeus, os húngaros, os polacos, os ciganos... É desta tradição ultra-reaccionária que o partido Svoboda hoje se reclama. Não faz muito tempo, chamava-se “Partido Nacional-Social da Ucrânia”.

No IIº Congresso da IVª Internacional (em 1948), o militante ucraniano Babenko explicou, como gostava de contar o nosso camarada Pierre Lambert, que, durante a invasão nazi, os camponeses ucranianos – que tinham sofrido com a colectivização forçada – não receberam as tropas alemãs com hostilidade. Passadas poucas semanas, porém, contou

Babenko, começaram a aparecer os primeiros grupos de partisãs que rapidamente juntaram centenas de milhar de membros na Ucrânia e Bielorrússia em reacção à tentativa do invasor de restaurar a propriedade privada, reduzindo os povos soviéticos à escravatura. Uma ilustração de como “as conquistas de Outubro de 1917 estão vivas na consciência das massas” (Leão Trotsky). O povo ucraniano e os outros povos soviéticos pagaram caro a sua vitória sobre o fascismo hitleriano: 23 milhões de mortos.

Além dos seus laços históricos, a Rússia e a Ucrânia (tal como os outros países da URSS) estão ligados pelo desenvolvimento industrial, agrícola e da cultura que a expropriação do capital tornou possível, apesar do domínio da burocracia e do isolamento internacional. A burocracia, “correia de transmissão do imperialismo” no Estado operário degenerado (na caracterização marxista de Leão Trotsky) destruirá a União Soviética em 1991, levando às suas últimas consequências a sua natureza “restauracionista” (abrindo caminho à restauração do capitalismo para transformar privilégios de casta em propriedade privada). Os Estados “independentes”, entre

eles a Ucrânia, que então surgiram, com, à cabeça, os antigos burocratas reconvertidos à “economia de mercado” (Ieltsin na Rússia; na Ucrânia, primeiro, Kravchuk; a seguir, Kuchma), passam sob o jugo do FMI. No inverno de 2004-05, a “revolução laranja”, sustida pelas ONGs financiadas pelos Estados Unidos, instala um governo (Viktor Iushchenko, Iulia Timochenko) apoiado pelos Estados Unidos. A impopularidade do governo de Iulia Timochenko facilita a eleição de Ianukovich, antigo ministro de Kuchma, sustentado em alguns clãs de oligarcas mafiosos implantados no Leste do país (região de Donetsk). Ianukovich, que começou por ser o partidário mais fervoroso da assinatura de um “acordo de associação” com a União Europeia, virou 180º na véspera da cimeira europeia de Vilnius (de 27 e 28 de Novembro de 2013), preferindo-lhe um acordo com o governo russo de Putin, que oferecia um crédito de 15 mil milhões de dólares à Ucrânia.

Maioritariamente povoada por ucranianos falantes tanto de ucraniano como de russo, o país conta igualmente minorias russas (maioria na Crimeia), húngara, romenófona, tártara da Crimeia, bielorrussa, etc. Historicamente chamada de

“celeiro de trigo” do império russo e depois da União Soviética, dada a sua agricultura, a Ucrânia é um país industrial (minas, metalurgia, siderurgia), contando uma classe operária numerosa. ●

## Notas

(1) Poucas horas antes de fugir para a Rússia, Ianukovich era considerado interlocutor respeitável pela União Europeia, nomeadamente pelos ministros dos negócios estrangeiros alemão, francês e polaco, que durante seis horas negociaram um acordo entre ele e os representantes da oposição, em 21 de Fevereiro.

(2) Note-se que não é só na Ucrânia que o imperialismo americano vai buscar comparsas às forças mais reaccionárias semifascistas. Na Rússia, uma das figuras da “oposição democrática” ao regime de Putin, convidada, em 2008, a fazer um relatório ao Congresso dos Estados Unidos sobre “a corrupção na Rússia” não era nem mais nem menos do que Alexey Navalny. “Blogger anticorrupção” mediático, autor da célebre fórmula que qualificava o partido do Kremlin de “partido dos vigaristas e ladrões”, Navalny é também presença habitual na manifestação racista anual chamada “marcha russa”, onde, à sombra da bandeira imperial negra, amarela e branca, se faz a saudação nazi. Autor, também, do lema racista “Chega de dar de comer ao Cáucaso!”. É esta gente que nos vem falar de democracia!

(3) É claro que, em regime capitalista, cada dólar só é investido se der “retorno ao investimento” do proprietário do capital. No dia 13 de Dezembro de 2013, numa conferência da US Ukraine Foundation, em Washington, Victoria Nuland, do Departamento de Estado americano, informou que o seu governo investira 5 mil milhões de dólares no financiamento da oposição “democrática” da Ucrânia através de várias ONGs. Fenómeno que existe no mundo inteiro.

(4) Assinale-se igualmente a utilização que o imperialismo faz do que se passa na Ucrânia, da Venezuela, onde manifestações de rua contestam a política do governo Maduro, à Argélia, na véspera de eleições presidenciais de alto risco. O diário francês que melhor reflecte os interesses do imperialismo americano, *Le Monde*, escrevia, ameaçador, no dia 26 de Fevereiro: “Os argelinos (...) vêem que noutras partes do mundo há dirigentes que são varridos em poucas semanas.”

(5) Entre outras leis reaccionárias, assinale-se a lei nº 4176, que revoga o nº 1 do artigo

436º do Código Penal, que punia a apologia dos crimes dos nazis e seus colaboradores. Num país que pagou caro a ocupação nazi, uma provocação. O deputado Yarovsky, do partido do Timochenko, que apresentou o projecto de lei, foi membro do Partido Comunista da União Soviética de 1981 a 1990 e colaborador do 5ª repartição do KGB, especializada na luta contra o “nacionalismo ucraniano”.

(6) *Svoboda*, um dos três principais partidos do novo governo ucraniano, herdeiro dos colaboradores dos nazis, reivindica a adesão da Ucrânia à União Europeia e à NATO. Os seus dirigentes qualificavam o regime de Ianukovich de “clique de judeus e moskalís” (termo pejorativo ucraniano para designar os russos).

(7) Depois de assinar o pacto germano-soviético com Hitler, decapitar o Exército Vermelho com o processo dos generais, desorganizar a defesa da URSS, facilitando a agressão nazi de 22 de Junho de 1941, a burocracia estalinista desfez com a máxima brutalidade em povos inteiros da URSS. Acusou-os mentirosamente de “colaboração com o inimigo”, segundo o princípio estalinista da “responsabilidade colectiva”. Os tártaros da Crimeia, tal como os alemães do Volga, os coreanos, os chechenos, os calmuques, os gregos, etc., foram, em poucas horas, deportados para a Sibéria ou para as estepes da Ásia Central. A condenação colectiva dos tártaros da Crimeia por um crime que não haviam cometido só foi levantada em 1967. Tiveram que se mobilizar durante anos contra a burocracia pelo direito de voltar para a Crimeia.

(8) A prosseguirem, estes choques poderão ter consequências imediatas na Rússia, onde dois milhões de tártaros povoam a República do Tartaristão (capital, Kazan), súbdito da Federação da Rússia.

(9) FMI com quem a antiga burocracia iugoslava já nos anos setenta celebrara acordos de subordinação.

(10) Comunicado (de 25 de Fevereiro) da organização “Borotba”, que se reclama do socialismo, constituída em 2011.

(11) Telegrama diplomático tornado público pela “Wikileaks”.

(12) No Cazaquistão, Nursultan Nazarbaiev e o seu regime mandaram disparar contra operários petrolíferos em greve no dia 16 de Dezembro de 2011. Houve, oficialmente, dezasseis mortos e dezenas de feridos. Sete dirigentes grevistas, um deles uma mulher, Rosa Tuletaeva, foram condenados a penas de prisão até sete anos. Onde raio ficaram os nossos grandes “democratas” e os seus meios de comunicação às ordens,

sempre prontos a denunciar “ditaduras”? Calaram-se, vergonhosamente... É que o Cazaquistão escancarou as portas aos investidores e suas multinacionais americanas, francesas, britânicas...

(13) *Le Point*, 27 de Fevereiro de 2014.

(14) Excertos de um relatório apresentado à direcção nacional da secção francesa da IVª Internacional no dia 28 de Novembro de 2004.

(15) Nessa altura, “a União Europeia poderá ver-se na contingência de enviar mais soldados para a Bósnia-Herzegovina, país actualmente agitado por importantes manifestações, em caso de escalada da situação”, considera o “alto representante da comunidade internacional na Bósnia” (9 de Fevereiro). A União Europeia, que choraminga por causa da “repressão” do regime de Ianukovich, não hesita em tomar as medidas que, segundo ela, se impõem, desde que seja para esmagar uma revolta operária.

(16) O partido “Batkvichina” de Timochenko e Artseniuk sempre foi muito próximo do governo polaco (ele próprio comparsa dos Estados Unidos), enquanto o partido “Udar” do pugilista Klitchko foi criado e financiado pela Fundação Konrad Adenauer, ligada à CDU, partido de Angela Merkel. Quanto ao “Svoboda”... a sua reivindicação programática de adesão à NATO e o seu encontro secreto com Victoria Nuland (Departamento de Estado americano) poucos dias antes da manifestação armada de 18 de Fevereiro são indicações de onde estão os seus “patrocinadores”.

(17) Tribuna livre em língua russa publicada, desde Setembro de 2008, por militantes da ex-URSS, que dá voz a militantes operários de todas as tendências, entre eles militantes da IVª Internacional.

(18) Corrente internacional de que o NPA é membro em França.

(19) Praça de Moscovo em que haviam decorrido comícios da oposição “democrática” em vésperas das eleições presidenciais de 2012.

(20) Jogo de palavras, em língua russa, entre “privatizador” e “ladrão”.

(21) Esta política não tem nada de “ucraniano”: há anos que, na Líbia e, depois, na Síria, em nome de pretensas “revoluções árabes”, o Secretariado Unificado pablista apoia e dá cobertura à ingerência e intervenção imperialista, conforme demonstrámos e denunciámos nos números anteriores de *La Vérité*. Nada que ver não só com o “trotskismo”, mas com o próprio movimento operário!

● DOSSIÊ

## A IVª Internacional e a luta contra a dupla opressão das mulheres

### Três contribuições, dos Estados Unidos, de França e do Paquistão

A abrir a conferência mundial aberta contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária (Paris, Outubro de 2022) reunir-se-á a conferência internacional das mulheres trabalhadoras, ao apelo conjunto de Rubina Jamil (responsável da All Pakistan Trade Union Federation) e Christel Keiser, secretária nacional do Partido Operário Independente Democrático (POID) de França e responsável da sua comissão ‘mulheres trabalhadoras’.

**P**ARA OS MARXISTAS, no sistema capitalista, as mulheres são vítima de “dupla opressão”: exploradas como trabalhadoras – como qualquer trabalhador –, constituem igualmente uma das camadas mais oprimidas da classe trabalhadora, razão porque não se pode pensar seriamente em construir o partido operário sem dar às mulheres trabalhadoras o lugar que lhes cabe nem contemplar as suas reivindicações específicas.

*“A época do declínio capitalista golpeia de modo especialmente duro a mulher, quer como assalariada quer como dona de casa. As secções da IVª Internacional devem procurar apoio nas camadas mais*

*oprimidas da classe operária e, por conseguinte, nas mulheres trabalhadoras. Nelas encontrarão fontes inesgotáveis de dedicação, abnegação e espírito de sacrifício”,* recorda-nos o Programa de Transição, o programa da IVª Internacional.

A ilustrar este nosso ponto de vista, reproduzimos no presente número d’A Internacional:

– a intervenção da camarada Christel Keiser, secretária nacional do POID e responsável da comissão ‘mulheres trabalhadoras’, no comício nacional do POID de 22 de Janeiro de 2022, que juntou 1.500 trabalhadores, militantes e jovens, onde tomaram

a palavra, nomeadamente, trabalhadoras e estudantes que relataram lutas de classe em fábricas, hospitais e escolas;

– Um artigo da camarada Rubina Jamil, responsável sindical no Paquistão, sobre a condição das mulheres e os combates democráticos e sociais do movimento operário pela sua emancipação.

– um artigo da camarada Mya Shone, militante do *Socialist Organizer* (Estados Unidos), a explicar o sentido do apoio dos militantes trotskistas americanos às mobilizações das mulheres do Estados Unidos pelo direito a disporem do seu corpo. ●

## França

### “Somos o partido das mulheres trabalhadoras e reivindicamo-lo!”

**Intervenção de Christel Keiser no comício nacional do Partido Operário Independente Democrático, em Paris, 22 de Janeiro de 2022**

**D**ESDE QUE SE CONSTITUIU, EM 2015, o Partido Operário Independente Democrático inscreveu no seu ADN a luta pela Internacional Operária.

Há um só sistema capitalista à escala internacional, que explora, que oprime, que se desfaz em

guerras e barbárie.

E há uma única classe operária, que, no mundo inteiro e em cada país, procura tomar os seus próprios assuntos em mãos face aos governos capitalistas.

Por isso, nós, o POID, temos orgulho em acolher, juntamente com militantes de todas as tendências do nosso país, a conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, no final de Outubro de 2022.

Abrirá a conferência a reunião

da Conferência Internacional das Mulheres trabalhadoras, pois, em França como à escala internacional, quem libertará as mulheres da dupla opressão a que estão sujeitas é a classe trabalhadora, como é a classe trabalhadora que acabará com todas as formas de opressão, de racismo e de discriminação.

Vocês leram em *La Tribune des travailleurs* o apelo a esta conferência, lançado por 601 militantes de 57 países. Ele afirma que, mais do que nunca, à barbárie



Comício nacional do POID, Paris, 22 de Janeiro de 2022

engendrada pelo sistema capitalista é necessário opor a luta pela Internacional Operária.

Sim, a barbárie: quando, na Índia, se anuncia que o número de vítimas da Covid se conta por milhões, devido à devastação dos sistemas de saúde pública.

A barbárie, sim: na presença das tropas francesas no Sahel, negando o direito dos povos a disporem de si próprios.

A barbárie: quando, nos EUA, representantes eleitos democratas e republicanos adoptam o orçamento militar mais alto da história, alimentando a marcha para a guerra na Ucrânia, a marcha para a guerra contra a China.

A barbárie: quando, nesse mesmo país, o mais rico do mundo, se sabe que, desde que a pandemia principiou, a esperança de vida de cada americano diminuiu, em média, um ano e meio, e três anos no caso dos negros americanos, a camada mais oprimida da classe trabalhadora.

A barbárie: das praias do Mediterrâneo às barracas de Calais, quando aqueles que fogem das guerras e dos planos de miséria do FMI são reprimidos e condenados a morrerem afogados.

O ano que há pouco terminou foi também, porém, contraditoriamente, o ano em que a mesma luta de classes se travou, em todos os países, contra os governos capitalistas e as suas políticas.

Queria, desta tribuna, levar a nossa saudação à vitória histórica dos camponeses da Índia, que, mobilizando-se durante mais de um ano, de mão dada com os trabal-

hadores, obrigaram o governo indiano a recuar nas suas reformas ao serviço das multinacionais! Relatámo-lo em *La Tribune des travailleurs* com os nossos correspondentes na Índia.

D o m e s m o modo, os nossos correspondentes

fizeram o relato do levantamento dos povos que, da Colômbia ao Sudão, do Cazaquistão à Palestina, mostrou que a classe operária está na vanguarda da luta pela democracia, que tem capacidade para abalar e derrubar os regimes mais sanguinários, mais corrompidos, mais policiais do planeta.

Queria saudar a inédita vaga de greves operárias que continua a percorrer os Estados Unidos, nas fábricas Kellogg's e John Deere, nos armazéns da Amazon e entre os enfermeiros e, até, nos estúdios de Hollywood.

É, aliás, muito interessante reparar na semelhança das reivindicações que brotam destas greves: aumento dos salários, defesa dos direitos adquiridos, rejeição dos despedimentos, recrutamento em massa nos hospitais, escolas e serviços públicos.

Interessante, mas não surpreendente: é que, à escala de todo o planeta, é uma e a mesma classe trabalhadora que existe e luta. Uma classe trabalhadora que tenta a todo o custo defender a independência das suas organizações, construir organizações independentes, defender as liberdades democráticas, recusar a guerra.

Os trabalhadores do mundo, como os de França, defrontam-se com obstáculos postos pelos dirigentes das organizações operárias que têm acompanhado os pretensos planos de recuperação, que despejam biliões de dólares e euros nas algibeiras dos capitalistas.

E é exactamente para ajudar a superar tais obstáculos que inves-

timos todas as nossas forças para conseguir que a conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária e a conferência internacional das mulheres trabalhadoras sejam bem sucedidas.

O POID é um partido operário. É um partido de trabalhadores. É, por isso, também, o partido das mulheres trabalhadoras. O combate contra a exploração seria uma fórmula vazia de sentido se não começasse por ser a luta contra a exploração das mais oprimidas e das mais exploradas. É que as mulheres trabalhadoras – como as camaradas que me antecederam muito bem expuseram – pertencem, com muita frequência, a essas categorias mais exploradas. Pois sim, somos o partido das mulheres trabalhadoras e reivindicamos que o somos!

Daqui a poucas semanas, comemoraremos o 8 de Março, daí internacional dos direitos das mulheres trabalhadoras.

Na origem do 8 de Março, ao contrário do que sustentam todos aqueles que dele querem fazer uma jornada institucionalizada e sem carácter de classe, esteve o movimento operário, mais exactamente a segunda conferência da Internacional das mulheres socialistas. Reunida em Copenhaga em 1910, a conferência decide organizar anualmente um dia internacional das mulheres.

Foram muitas as mulheres que desempenharam um papel de primeira plana no movimento operário: é costume citar as militantes socialistas alemãs Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo. E, em França, a militante anarquista Louise Michel ou a militante marxista Elisabeth Dmitrieff.

Quero aqui prestar homenagem a uma militante operária menos conhecida, mas que merece sê-lo, pois a sua obra e o seu combate são, a meu ver, de uma actualidade candente. Refiro-me a Louise Bodin.

Louise Bodin nasceu em 1877. Primeiro foi militante socialista, depois, em 1920, foi uma das fun-

## ● DOSSIÊ

>>> dadoras do partido comunista e escreveu regularmente em *L'Humanité*. Foi igualmente chefe de redacção de um pequeno jornal, *La Voix des femmes*, criado em 1917 e que se opunha à guerra.

Emancipação das mulheres e emancipação operária estreitamente imbricadas, foi esse o combate da sua vida.

Em 1918, a propósito das operárias do arsenal de Rennes, atirou a seguinte interpelação às burguesas:

*“Quando, todas as noites, as operárias do arsenal abalam de baixo de chuva, pela lama, no frio, vocês ainda estão a dormir (...) Não ouvem o tinido dos eléctricos que as levam para o subúrbio, lá longe, não ouvem o lúgubre chamamento da sirene? Não, não ouvem. Dormem. O vosso sono, a vossa felicidade, o vosso sossego são feitos da sua pena quotidiana; ao seu labor deveis a segurança do vosso patriotismo verbal.”*

Dois anos mais tarde, Louise Bodin mete-se numa luta que parece extremamente vanguardista na época, meio século antes de ser adoptada a lei Veil. A oposição à lei que reprimia quem incitasse ao aborto ou fizesse propaganda pelos meios contraceptivos. Louise Bodin qualifica a lei como a *“lei mais celerada do mundo.”*

Uma vez mais, sem deixar de reivindicar o direito ao aborto para todas as mulheres, confere à luta um conteúdo de classe:

*“Pois é, sim senhor, é à mulher do operário, à mulher do povo que queremos chegar (...) Os cabarés abrem para o seu homem, mas os consultórios médicos estão fechados. Vai vegetar numa barraca sem ar, luz e água? Não interessa, há-de ter filhos.”*

*Lavará no rio cargas de roupa de deitar ao chão qualquer um? Acarretará até ao sexto andar baldes de água de lhe arrancar o braço? Não interessa, há-de ter filhos.*

*Que morrerão tuberculosos, de sífilis hereditária, nas suas coelheiras e em hospitais infames?*

*Não interessa, há-de ter filhos.*

*Vão matá-los aos milhões, pelo Direito e pela Civilização, vão deixá-los apodrecer na colónia penal se se revoltarem e ganharem consciência? Não interessa, há-de ter filhos.*

*Se perder seis, terá doze. Há-de deixar a vida a tê-los, mas há-de ter filhos.*

*E assim (...) a prisão social da mulher teve mais um ferrolho.”*

Em 1917, a socialista Louise Bodin alinha-se, evidentemente, com a revolução russa. Louise Bodin não é uma feminista burguesa. Militante da emancipação das mulheres, luta pela revolução proletária que dará às mulheres a verdadeira igualdade política, económica e social indissociável da luta operária: *“O feminismo só pode ser instrumento de progresso humano se for revolucionário, se conduzir à luta de classes em comum com os comunistas, se reintegrar no comunismo.”* A referência que ela aqui tem em mente é, evidentemente, o jovem movimento comunista que se desenvolve na esteira da revolução russa.

Acerca dos grupos feministas burgueses, polemizará, em 1927: *“Que raio de associações, grupos, de democracias feministas, etc., são estas, sem directivas, sem programa, sem ideologia sólida, sem base histórica, sem finalidade exacta? Que raio de desconchavo verbal é este, só para esquivar o exame real da questão? Não há, minhas senhoras, democracia feminina. Há mulheres e homens, explorados e exploradores. Aliança com os explorados contra os exploradores e seus acólitos! Guerra à ofensiva capitalista, não colaboração com os servidores do capitalismo, sejam eles quem forem!”*

Mais em geral, ela pronuncia-se (e cito): *“A liberdade sexual da mulher, a livre disposição, a propriedade do seu corpo”*, questões que, diz ela, *“parecem a tal ponto imorais, que estão à beira do bolchevismo”*.

A militante revolucionária íntegra não capitulará ao estalinismo. Pouco antes da sua morte,

em 1929, rompe com o PC e junta-se ao combate de Trotsky contra o estalinismo, declarando: *“Libertei a minha consciência, que permanece fiel aos ensinamentos de Lenin.”*

Fazemos inteiramente nosso o combate de Louise Bodin, a luta pela emancipação das mulheres, indissociável do combate pela emancipação da classe operária.

É por esta razão que, todos os meses, publicamos em *La Tribune des travailleurs* uma página em que as trabalhadoras e as militantes tomam a palavra sobre a sua situação e as suas batalhas.

É, ainda, por este motivo que, através da campanha pela requisição dos 600 mil milhões oferecidos aos capitalistas graças ao voto unânime de todos os deputados desde que a pandemia começou, exigimos que esses milhares de milhões sejam afectados, em especial:

à criação de vagas nas creches, para permitir que as mulheres trabalhem;

à reabertura das maternidades, para permitir que as mulheres dêem à luz nas melhores condições possíveis;

à reabertura dos centros de IVG, com o complemento de pessoal necessário;

aos meios de protecção necessários para combater verdadeiramente a violência conjugal;

ao recrutamento em massa de professores para as escolas, para as mães não serem obrigadas a arranjar constantemente planos alternativos para quem tome conta dos seus filhos.

Como parte integrante da luta das mulheres trabalhadoras, especialmente das mais exploradas – as AESH, as assistentes hospitalares, as auxiliares vitais, as empregadas de limpeza, as operárias – batemo-nos pela verdadeira igualdade entre mulheres e homens, pela igualdade salarial, pela igualdade jurídica.

Adiram ao partido das mulheres trabalhadoras! ●



## Paquistão

# A Situação das Mulheres no Paquistão

Por Rubina Jamil

**N**o Paquistão, as mulheres estão em desvantagem desde a nascença. O nascimento de uma filha costuma ser recebido com desilusão ou mesmo raiva, e a culpa costuma ser imputada à mãe. Regra geral as filhas têm menos comida, menos acesso à educação e menos cuidados de saúde. As raparigas são, por conseguinte, mais atreitas a morrer de doenças infantis. No Paquistão há apenas 91 mulheres para cada 100 homens. Conforme indica uma organização de mulheres: *“Uma filha é um peso. Desde muito pequena, a menina está ciente de que só faz parte da família provisoriamente. Todas as competências que adquira não irão servir de nada à própria família, mas apenas à família dos sogros.”*

A escolarização das raparigas é fraca: só 32% das raparigas em idade escolar primária vão à escola, e, segundo os grupos de mulheres, apenas 27% das raparigas de mais idade vão à escola. A taxa de abandono escolar é elevada. As raparigas são guardadas em casa para tratarem de tarefas domésticas ou dos irmãos mais novos quando a família o exige ou as finanças são limitadas. Segundo estatísticas governamentais, só 24% das mulheres são alfabetizadas, contra 49% dos homens. Os grupos de mulheres estimam em 12 a 15% as mulheres que sabem ler e escrever.

As raparigas costumam casar cedo, pelos 15 anos. A taxa de natalidade é elevada: as mulheres têm em média seis filhos, e as taxas de mortalidade infantil e materna são igualmente elevadas.

12 mulheres são violadas por dia, em média, no Paquistão, segundo estimativas de 2019 da comissão não governamental de direitos humanos do Paquistão



Cartaz da All Pakistan Trade Union Federation (APTUF) para o 8 de Março de 2022

(HRCP). Embora só uma parte destas violações sejam cometidas por polícias, sabendo que os agentes das forças da ordem podem violar mulheres sem temer consequências legais, a indicação dada à sociedade no seu todo é claramente de que as autoridades não tratam este crime seriamente. Em 2017, a imprensa nacional relatou 800 casos de violação; metade foram violações colectivas, e a maior parte das vítimas eram menores. Os grupos de defesa dos direitos humanos consideram que só um terço dos casos são assinalados ou registados na polícia.

São geralmente as próprias famílias que dão as mulheres em casamento, no âmbito de uma transacção em que o “preço da noiva” é negociado entre as famílias. A mulher passa a ser considerada e tratada como propriedade do marido e não pode desafiá-lo. Dá-se por suposto que as esposas deram consentimento permanente às relações sexuais com o marido. A violação conjugal sem consentimento do cônjuge só configura delito se resultar em ferimentos graves. A actividade

sexual fora do casamento é um delito penal, para o qual a lei preceitua penas severas (ver mais abaixo).

A violência doméstica contra as mulheres está muito espalhada e raramente é levada ao conhecimento das autoridades ou punida, a não ser que a mulher morra ou sofra ferimentos horríveis. Há maridos que matam as mulheres e depois dizem que elas morreram porque o fogão explodiu. A imprensa relatou 240 casos de mulheres mortas desta maneira em 1994. Tais incidentes são raramente sujeitos a inquérito aprofundado da polícia, e raramente se praticam autópsias. Dois hospitais de Rawalpindi – o hospital geral de Rawalpindi e o Instituto Paquistânês de Ciências Médicas – admitiram 35 mulheres com queimaduras graves entre Março e Outubro de 1994. Dessas 35 mulheres que pareciam ter sido sujeitas a violência doméstica, 31 morreram. Em 27 desses casos, ninguém apresentou queixa junto da polícia; num caso em que a vítima sobreviveu, chegou-se a um compromisso entre a vítima e o autor. Noutro, o marido foi condenado a 20 anos de prisão. Nos outros seis casos, abriram-se inquéritos policiais.

Os grupos de defesa dos direitos humanos assinalam um número crescente de casos de humilhação pública de mulheres. Mulheres despidas em público, exibidas pela rua, arrastadas pelos cabelos ou sexualmente humilhadas em público. O HCRP registou 48 casos desta tipologia em 2018 e 92 em 2018.

As mulheres que são trabalhadoras servis estão completamente à mercê dos patrões. São sujeitas a violações e maus tratos flagrantes de toda a espécie. Tais abusos têm sido abundantemente

## ● DISCUSSÃO

>>> descritos por jornalistas e organizações de defesa dos direitos humanos, mas as autoridades não empreenderam nenhuma acção sistemática para lhes pôr fim e impedir que se reproduzam. Nas zonas tribais do Paquistão, os homens ou as famílias cuja honra sofreu agravo recorrem a ataques ou assassinatos de vingança, nomeadamente contra as mulheres. A violação da mulher doutro homem será uma forma aceite de vingança em algumas regiões. Uma vez mais, apesar de haver provas bem documentadas, as autoridades permitem que tais práticas perdurem.

Se bem que a escravatura seja proibida pela Constituição, há um comércio de mulheres bem implantado. As vítimas são principalmente aldeãs pobres do Bangladesh, raptadas ou atraídas com promessas de emprego e de vida melhor. Uma vez chegadas ao Paquistão, são vendidas para prostituição ou escravatura doméstica. Segundo um advogado especializado em direitos humanos de Karachi, umas 120 a 150 mulheres do Bangladesh são vendidas por mês. Muitas destas raparigas, algumas ainda adolescentes, são presas em razias a prostíbulos. A maioria é acusada de *zina* (relações sexuais extraconjugais) ou de entrada ilegal no Paquistão. Raramente se prendem e pronunciam comerciantes

de escravos e proxenetas locais. O comércio transfronteiriço de mulheres não é possível sem a conivência e colaboração activa da polícia e das alfândegas.

Uma organização de defesa dos direitos humanos calculou que, em 2018, pelo menos 2.500 raparigas e mulheres foram vendidas para fins de prostituição no país. Um diário reproduziu os nomes e moradas dos traficantes na província da fronteira Noroeste, mas aparentemente não houve inquérito oficial sobre as alegações específicas de rapto.

Há muitas indicações de que, pelo menos ao nível local, as autoridades estão ao corrente do comércio de mulheres e são cúmplices. Nem por isso o governo tomou tais factos em consideração.

No Paquistão, as mulheres têm direito de voto, mas só raramente o exercem e nem sempre livremente.

Se bem que a antiga primeira-ministra, Benazir Bhutto, fosse mulher, as mulheres estão sub-representadas a todos os níveis de governo. As opiniões e problemas das mulheres são em grande parte ignoradas na legislação e elaboração de políticas.

Uma disposição constitucional que garante a mulheres 43 assentos nas assembleias nacionais e provinciais (mas não no Senado) caducou em 1990, depois de estar em vigor durante 10 anos. Nas

colectividades locais, a representação das mulheres é muito fraca.

A Constituição do Paquistão proclama os direitos das mulheres. O n° 1 do artigo 25° preceitua inequivocamente: “Todos os cidadãos são iguais perante a lei e têm direito a igual protecção legal”. O n°2 do artigo 25° prossegue: “Não pode haver discriminação baseada unicamente no sexo”.

Apesar disso, várias leis paquistanesas discriminam explicitamente as mulheres. Em alguns casos, só permitem ouvir o testemunho de homens e não o de mulheres. A lei sobre prova e o decreto sobre a *zina*, um dos quatro decretos Hudood promulgados em 1979, importaram na erosão dos direitos das mulheres, recusando-lhes uma protecção legal igual.

As mulheres estão igualmente em desvantagem, de maneira geral, no sistema de justiça penal devido à sua posição na sociedade.

No Paquistão, as mulheres são vítimas de violações generalizadas dos seus direitos fundamentais. A algumas destas violações estão exclusivamente sujeitas as mulheres, como as violações em detenção. As mulheres vêm-se igualmente confrontadas com leis que contribuem directamente para, facilitam ou encorajam a violação dos seus direitos fundamentais. ●

## Estados Unidos

# Atacado o direito das mulheres a disporem do seu próprio corpo

## Parem com a guerra contra as mulheres!

Por Mya Shone

**A**S CHAMAS ULTRAPASSARAM o telhado – o fogo foi demasiado grande para os bombeiros o poderem conter. Na véspera do ano novo, a sede do planeamento familiar de Knoxville,

no estado de Tennessee, foi completamente destruída pelo fogo. Os investigadores do serviço de incêndios de Knoxville e da agência federal do álcool, tabaco, armas de fogo e explosivos (ATF) con-

cluíram que tinha havido crime, fogo posto intencionalmente por um ou mais indivíduos.

Houve pelo menos um morto. A clínica de Knoxville, que pres-



**Manifestação pela defesa do direito ao aborto nos Estados Unidos**

tava serviços de saúde essenciais, entre eles o aborto, a pessoas (pessoas cis, trans e não binárias) do Tennessee oriental, do Norte do Mississippi e do Arkansas, tinha sido temporariamente encerrada para trabalhos de reabilitação e ampliação, num valor de 2,2 milhões de dólares, que estavam quase prontos.

O mesmo não se pode dizer do tiroteio maciço ocorrido numa clínica de planeamento familiar em Colorado Springs (Colorado) no dia 27 de Novembro de 2015, que fez três mortos e nove feridos.

Estes assassínios elevaram a 11 o número de mortes devidas a ataques violentos com clínicas e serviços de aborto como alvo, em todos os Estados Unidos. A violência não se fica por aqui. Só entre 1977 e 2015, registaram-se 17 tentativas de assassinio, 42 atentados à bomba, 186 incêndios criminosos, 91 tentativas de atentado à bomba e incêndio criminoso, 619 alertas de bomba, 655 alertas ao antraz, 153 incidentes de agressão física e 100 ataques com ácido butírico, conhecido pelo nome de “bolas malcheirosas” (estatísticas extraídas do *New York Times*, 29 de Novembro de 2015, de *Vox*, 1 de Dezembro de 2015 e da *National Abortion Federation*).

Só no ano de 1986, quase metade dos prestadores de serviços de aborto (47%) de todo o território dos Estados Unidos assinalaram igualmente incidentes de assédio e intimidação anti-aborto, incluindo piquetes incendiários,

bem como actividades ilegais, como vandalismo. O impacto é esmagador, visto que estes prestadores acolhem mais de quatro em cada cinco pacientes (83%)! É uma guerra contra as mulheres. O acesso a todos os serviços de contraceção e aborto é um elemento essen-

cial dos cuidados de saúde. Em cada quatro mulheres americanas, uma recorre ao aborto nalgum momento da sua vida, a maioria entre os 20 e os 45 anos. Recusar o acesso ao aborto “é uma violência sexista contra as mulheres, sem dúvida alguma”, declarou Kate Gilmore, Alta-Comissária adjunta das Nações Unidas para os direitos humanos (*The Guardian*, 5 de Junho de 2019).

Estando as mulheres sujeitas ao duplo jugo da opressão social, económica e política da classe dominante, é também uma questão de classe. As mulheres pobres têm sido e continuam a ser a maioria esmagadora das mulheres que procuram abortar para pôr termo a uma gravidez não desejada. Segundo um estudo do Instituto Guttmacher, três quartos das mulheres americanas que optaram por um aborto em 2014 dispunham de rendimentos baixos; a maioria vivia abaixo do limiar de pobreza.

Mais: é um ataque às pessoas de cor. Anna Rupani, directora executiva do *Fund Texas Choice*, chamou a atenção para que 70% das suas clientes são pessoas de cor, tendo 60% outros filhos (*Texas Tribune*, 1 de Dezembro de 2021). À escala nacional, a situação é a mesma. “É gente que não tem acesso a cuidados de saúde, à contraceção e que, quando se vêem a braços com uma gravidez não desejada, não têm os recursos necessários para ter mais um filho”, referiu Rachel Jones, investigadora do Instituto Guttmacher

(*New York Times*, 14 de Dezembro de 2021).

Os factos falam por si

Desde que, em 1973, o Supremo Tribunal proferiu as suas decisões nas causas “*Roe contra Wade*” e “*Doe contra Bolton*”, os Estados montaram uma bateria de leis em matéria de aborto, codificando, regulamentando e limitando se, quando e em que circunstâncias uma pessoa pode obter um aborto. Tiveram luz verde do Supremo Tribunal na sentença “planeamento familiar contra *Casey*” de 1992, que substituiu as normas rígidas da causa *Roe* por um “*undue burden standard*”<sup>(1)</sup>. Deste modo, o Supremo Tribunal deu permissão aos Estados para oporem obstáculos significativos ao direito fundamental das mulheres a escolherem. Só na última década, os Estados adoptaram mais de quinhentas leis anti-aborto.

Em consequência disso, 90% dos condados americanos não dispõem de nenhuma clínica que pratique o aborto. Mais de uma em cada três mulheres (39%) em idade de procriar vive nesses condados, devendo deslocar-se – muitas vezes a grande distância e por várias vezes – dado que a maior parte dos Estados exige um período de espera com aconselhamento, muitas vezes tendencioso. Alguns exigem penosos procedimentos adicionais.

Estas leis tiveram um efeito devastador para a maior parte das mulheres nos Estados Unidos, mesmo antes da série de causas agora submetidas ao Supremo Tribunal, particularmente a *Whole Woman's Health v. Jackson*, a lei texana S.B.8 (lei dita do “coração a bater”, que proíbe abortos depois de seis semanas) e *Dobbs Jackson v. Women's Health Organization* – o pedido do Mississippi ao Supremo Tribunal para revogar completamente a emenda *Roe*, devolvendo aos Estados todo o controlo sobre o aborto, como era antes, ou, pelo menos, pronunciarem-se favoravelmente à lei do Mississippi que impõe a proibição do aborto às 15 semanas em vez da norma *Roe-Casey*, que dá o direito de inter-

## ● DOSSIÊ

>>> romper a gravidez até à viabilidade do feto, hoje reconhecida pelos profissionais de medicina às 23 semanas.

Não subsiste dúvida de que a sentença será proferida muito em breve, com decisões que, na melhor das hipóteses, esvaziarão *Roe* de toda a substância, podendo pôr fim à protecção legal de *Roe*.

O Instituto Guttmacher traça um quadro dilacerante, mas realista, do impacto das próximas decisões do Supremo Tribunal:

Vinte e seis Estados – mais de metade dos Estados americanos – “proibirão o aborto de certeza ou muito provavelmente”. Têm “já em vigor leis ou emendas constitucionais que os fariam com toda a certeza tentar proibir o aborto o mais rapidamente possível”.

Nove Estados – Alabama, Arizona, Arkansas, Michigan, Mississippi, Oklahoma, Texas, Virgínia Ocidental e Wisconsin – têm já vertidas na sua legislação proibições do aborto anteriores a *Roe*, que estão por aplicar.

Sete Estados – Alabama, Georgia, Kentucky, Louisiana, Missouri, Ohio e a Carolina do Sul – adoptaram projectos de lei sobre o “coração a bater”, que proíbem o aborto às seis semanas, imitando alguns deles a estrutura da lei texana.

Mais de 100 milhões de mulheres, nomeadamente as que vivem na maioria dos Estados do Sul e em vários Estados do Midwest, ver-se-ão privadas de acesso a um aborto legal e seguro.

“*Em vários aspectos, a América pós-Roe seria o reflexo da América pré-Roe*”, declara o *New York Times* em 5 de Dezembro de 2021. “*Na altura, o aborto só era, em geral, legal em quatro Estados, e outros 13 autorizavam o aborto por várias razões de saúde. As mulheres que tinham meios para isso deslocavam-se fora do Estado para conseguir a intervenção. Muitas outras mulheres recorriam, no entanto, a cabides, produtos químicos, abortadeiras sem qualificações e outros métodos perigosos. No início dos anos sessenta, o hospital do condado de Cook, em Chicago, tratava mais de 4000 mulheres por*

*ano dos efeitos potencialmente mortais de abortos ilegais atamancados.*”

Cólera, frustração, regresso a tempos bárbaros.

Que havemos de fazer? Como criar uma resposta eficaz?

Todos sabemos que não podemos contar apenas com os esforços constantes e determinados da União Americana pelas Liberdades Civis, do Centro pelos Direitos das Mulheres a Disporem do seu Corpo, do Planeamento Familiar e de outros que lutam quotidianamente contra um aparelho judicial repressivo. A análise jurídica convincente e percutante que fizeram não teve influência nenhuma no maioria reaccionária do Supremo Tribunal actual. Como sucintamente declarou A juíza Sonia Sotomayor, este tribunal “*está a trair não apenas os cidadãos do Texas, está também a trair o nosso sistema constitucional de governo.*”

O planeamento familiar, com a seu rede de clínicas por todo o país, tem-se concentrado na solução evasiva: “*Temo-nos preparado para um mundo pós-Roe.*” Construiu-se, em Fairview Heights, no Illinois, uma nova clínica de reprodução para acolher as pessoas vindas do Texas e de outros pontos. Construída na fronteira sudoeste do Estado, a apenas 15 minutos de Saint-Louis (Missouri), na previsão das proibições e restrições em matéria de aborto, a clínica pode acolher até 15 mil pacientes por ano. O Estado de Illinois, cuja lei protege o direito ao aborto, é considerado um refúgio isolado no Midwest.

A *Hill Top Women’s Reproductive Clinic*, que era a única clínica de aborto em El Paso, no Texas, encerrou o ano passado após 36 anos de existência, reabrindo do outro lado da fronteira, em Santa Teresa, no Novo México.

Ao contrário dos anos sessenta, as pílulas de interrupção da gravidez (Mifepristone e Misoprostol, comercializadas como medicamento contra úlceras) são meios seguros e eficazes para pôr termo à gravidez, para a maior parte das mulheres (80%). São hoje muitas as mulheres que

procuram abortar em clínicas antes da décima semana de gravidez que optam pela pílula, mas, nos Estados Unidos, a maioria das mulheres não tem acesso fácil a uma clínica.

Isso realça a importância de dar à recente modificação das restrições aplicadas ao Mifepristone pela Agência Federal do Medicamento. Os médicos podem receitá-lo em teleconsulta (consulta por internet), podendo o medicamento ser fornecido por farmácia que pratique fornecimento por encomenda. Nesta guerra permanente contra as mulheres, contudo, quase metade dos Estados americanos já proibiu ou restringiu fortemente o uso da pílula abortiva.

Daí o esforço de guerra da associação *Aid Access*. Fundada por um médico neerlandês em 2018, a *Aid Access* estabelece ligações em linha com médicos europeus e pílulas fabricadas na Índia. A *Aid Access* trabalha com mulheres nos 50 Estados, vigorem ou não proibições estatais. Embora esta actividade seja tecnicamente ilegal, será difícil fazer aplicar a lei.

### Financiamento e logística

Que se pode esperar do financiamento público? Desde 1976 que a emenda orçamental Hyde exclui o aborto da lista de serviços prestados pelo governo federal, via Medicaid<sup>(2)</sup>, a pessoas de baixos rendimentos, com poucas excepções. A maior parte dos Estados tem seguido o exemplo do governo federal. A lei de equilíbrio orçamental de 1997 ainda veio agravar a situação. Permite às organizações da área da saúde (HMO) que servem beneficiários da Medicaid recusarem cobrir consultas ou referências em caso de serviços, como o aborto, a que a HMO em questão se oponha por razões morais ou religiosas.

Desvios de fundos públicos são moeda corrente, com o dinheiro dos contribuintes a ser desviado pelos Estados para “centros de crise para mulheres grávidas” (Crisis Pregnancy Centers, CPC), estabelecimentos religiosos, essencialmente não médicos e cuja mis-

são principal consiste em dissuadir as mulheres grávidas de abortarem. Há cerca de 200 CPCs no Texas – o recorde dos Estados – e uns sessenta receberam verbas públicas no valor de 100 milhões de dólares nos últimos dois anos. Ao nível nacional, os CPC são três vezes mais numerosos do que as clínicas de aborto (Mother Jones, 2 de Fevereiro de 2022).

Antes da sentença *Roe*, quando o aborto era ilegal na maior parte do país, foi criada em Chicago uma rede clandestina – a “Jane” – para aconselhar e ajudar as mulheres que queriam abortar. O serviço, lançado, em 1965, por uma estudante de 19 anos da Universidade de Chicago, encontrava médicos dispostos a praticar a intervenção em segredo. As mulheres da rede Jane acabaram por começar a praticar abortos elas próprias.

Hoje há uma rede nacional de fundos para o aborto, que conta 80 organizações e se esforça por suprimir obstáculos financeiros e logísticos. Algumas organizações ajudam as clínicas a cobrir as despesas da intervenção abortiva. Outras oferecem apoio, por exemplo transporte, guarda de crianças, tradução, serviços de doula<sup>(3)</sup> e sítios onde ficar, caso seja necessária deslocação.

Este esforço de recolha de fundos privados, por muito valor que tenha, não passa de um mal menor. As organizações não podem responder às necessidades de recursos alimentadas por leis cada vez mais restritivas. A *Texas Choice* já tem dificuldade em responder ao pedido de assistência. Passaram de 10 a 15 chamadas por semana a 80 a 100, porquanto a imposição da interdição do aborto às seis semanas no Texas obriga muitas mulheres a viajar para longe.

As nossas reivindicações têm de ser fortes, claras e inapeláveis: acesso legal e financiamento público de todos os aspectos da saúde das mulheres, incluindo a educação sexual, a contraceção e os serviços de aborto para todos.

Por fim, a organização na arena política, onde quem domina são os que escrevem as leis que nos

trouxeram até à situação actual.

No dia 20 de Janeiro, duas grandes organizações que lutam há muito pelo direito ao aborto, a NARAL (Liga Nacional de Acção pelo Direito ao Aborto) e a “Lista de Emily” (“Emily’s Liste”, um comité de acção política) anunciaram que iriam retirar o seu apoio à senadora democrata do Arizona Kyrsten Sinema, depois de esta ter votado, no Senado, ao lado dos republicanos contra a modificação das regras de obstrução parlamentar que teria permitido adoptar leis em matéria de direito de voto (*Freedom to Vote Act* e *John Lewis Voting Rights Advancement Act*).

A Lista de Emily, criada em 1985 para apoiar as candidatas do Partido Democrata que apoiassem o direito ao aborto, é considerada o recurso mais importante em relação às mulheres políticas e permite muitas vezes seleccionar as candidatas. Os 405 mil dólares de que dispõe foram de longe a maior contribuição para a primeira candidatura de Sinema em 2018, e o seu apoio acarretou inevitavelmente outros financiamentos, assim como os votos que puseram Sinema no Senado durante seis anos.

A NARAL, que reivindica 2,5 milhões de simpatizantes, gasta igualmente enormes quantias para eleger democratas, mas sem fazer distinção de sexo.

Se ainda não o fizeram, começa a ser altura de reverem as vossas escolhas estratégicas.

Que fez o Partido Democrata para preservar o direito ao aborto durante os quarenta e nove anos depois de *Roe*? No essencial, ficou em silêncio, enquanto o acesso ao aborto e à contraceção foi ficando mais difícil e, em muitos sítios, impossível às mulheres, nomeadamente as mulheres de cor sem recursos económicos. O presidente Joe Biden, que, na sua qualidade de Senador, apoiou a emenda Hyde de limitação do financiamento federal do aborto, não abriu a boca para defender o aborto como direito essencial das mulheres. Quanto aos legisladores do Partido Democrata na Câmara de

Representantes, foi preciso esperar quase uma década pela votação simbólica de Setembro passado da lei de protecção da saúde das mulheres (WHPA), simbólica porque a legislação irá inevitavelmente ser chumbada no Senado enquanto se mantiver a obstrução parlamentar, apoiada por senadores democratas como Kyrsten Sinema.

Não basta dizer de vez em quando que se é pró-escolha. É imperativo unir o gesto à palavra para que a escolha passe a ser realidade.

Pouco importa que 80% do país, segundo as sondagens da Gallup, ache que o aborto deve ser legal em todas ou em algumas circunstâncias, se nós, o povo, não controlarmos as decisões. Nem é que seja uma mera questão de direito ao aborto. Como o diz em poucas palavras Julia Kaye, advogada no ACLU Reproductive Freedom Project, a luta apelo direito de escolher é uma luta por nós todos. “*Não se iludam, declarem ela. Hoje visam o direito ao aborto; amanhã pode ser qualquer outra liberdade cara às pessoas.*”

É necessária uma mudança histórica pela acção colectiva. As reformas que hoje existem foram, todas elas, resultado de acções de massas, de concessões feitas pela classe dirigente – fosse a longa luta das mulheres pela obtenção do direito de voto o a demanda do direito de escolher, fosse o movimento dos direitos civis para pôr termo à discriminação em matéria de educação, habitação ou direito de voto; fosse, ainda, a persistência dos trabalhadores em, contra ataques brutais e violentos, ganhar o direito de se organizarem em sindicatos e usarem o seu poder colectivo para conseguir melhores salários, regalias e condições de trabalho.

A mudança não fica gravada na pedra. De cada vez que a classe trabalhadora baixa a guarda, a classe dirigente recupera os que a luta conquistou, assim as leis restritivas do aborto desde o *Casey*, a decisão *Janus* do Supremo Tribunal sobre os sindicatos públicos ou as muitas decisões sobre o direito de voto.

## ● DOSSIÊ

&gt;&gt;&gt;

Outro factor crucial entra em conta. Para levar a luta à vitória, ela tem de ser independente da classe dominante e do grande partido da propriedade com dois nomes (os partidos democrata e republicano). Exige que a organização da classe trabalhadora se desenvolva como classe consciente, formando, por conseguinte, um partido político que possa guiar-nos à conquista do poder e à nossa emancipação.

Por isso, nós, militantes de *Socialist Organizer*, temos sido tão constantes, nos Estados Unidos e ao nível internacional, no esforço para formar um partido para os trabalhadores e, ao nível internacional, para formar uma Internacional dos Trabalhadores. Por isso impulsionamos e encorajamos, através de *Labor and Community for an Independent Party*, o desenvolvimento de coligações sindicais e locais em todo o país como elementos constitutivos da criação de um partido da classe trabalhadora. Por isso temos apoiado os esforços envidados pelo *Ujima People's Progress Party* no Estado de Maryland, para desenvolver um partido da classe trabalhadora negra, aliado do partido da classe trabalhadora e implantado entre os trabalhadores e as populações oprimidas.

Por isso participamos em, e preparamos uma delegação à Conferência Internacional das Mulheres Trabalhadoras que se realizará em Paris no dia 20 de Outubro.

Conforme eloquentemente diz o apelo lançado por Rubina Jamil, secretária-geral da Federação Sindical Pan-Paquistanesa (APTUF), e

Christel Keiser, secretária nacional do Partido Operário Independente Democrático (POID) de França: “*Sujeitas a dupla opressão e dupla exploração em todos os domínios, enquanto trabalhadoras, mas também enquanto mães e enquanto mulheres, as mulheres levantam-se contra todas as formas de opressão, de discriminação e de violência e contra a dominação patriarcal.*”

As reivindicações específicas elaboradas no apelo e partilhadas pelas mulheres de todo o mundo são as seguintes: salário igual para salário igual; igualdade jurídica nas lutas pelos direitos civis e humanos, bem como especificamente para a ERA; direitos reprodutivos (controlo dos nascimentos, aborto, cuidados pré-natais e gravidez sem risco); licença de família e disponibilidade de serviços de guarda de crianças: fim do assédio sexual e dos actos de violência de que as mulheres são vítima por serem mulheres; e, mais geralmente, o direito à autodeterminação. No ano passado, por ocasião do Dia Internacional das Mulheres, *Socialista Organizer* organizou um amplo fórum, via Zoom, de que saiu a formação de um comité de preparação para constituir a delegação à CITI. O comité conta, de momento, com Donna Dewitt (AFL-CIO da Carolina do Sul, presidente emérita, (a título pessoal)); Andrea Williams-Muhamad (Cooperativa de Partos *Nzuri Malkia*); *Reproductive Health Equity Alliance*, do Maryland; Desiree Rojas (*Labor Council for Latin American Advancement*, núcleo de Sacramento); Carolle Alexis Magloire (*Haiti Lib-*

*erté, Parti indépendant des travailleurs d’Haïti*); Connie White (*Labor and Community for an Independent Party [LCIP]*, Los Angeles) e duas dirigentes da Liga das Mulheres do Congresso Nacional do Ruanda no exílio aqui nos Estados Unidos. Convidamos a reflectir na vossa própria participação.

Este ano, celebraremos igualmente o Dia Internacional dos Direitos das Mulheres Trabalhadoras, organizando um fórum em linha cujo eixo será a maneira de intervirmos na luta actual por garantir os direitos reprodutivos (incluindo o acesso ao aborto) e na luta quotidiana dentro da comunidade imigrada das mulheres que trabalham e a quem são negados os serviços fundamentais e a representação de que beneficiam os cidadãos.

Estamos a preparar igualmente dossiês sobre as questões relativas às reivindicações acima formuladas. Este artigo sobre o direito ao aborto como parte integrante do direito e acesso à saúde é meramente uma pequena contribuição para esse esforço. Apreciaríamos a vossa. Os dossiês serão postos à disposição através de um jornal criado especialmente para preparar a Conferência Internacional das Mulheres Trabalhadoras.

É unindo os nossos esforços – independentemente da classe dirigente – que reforçaremos o nosso movimento, que consolidaremos as nossas organizações e integraremos as reivindicações particulares das mulheres no âmbito da luta mais geral da classe trabalhadora pela sua emancipação. ●

## • Correspondências d'A Internacional

### Argélia

#### **Minbar El Oummel**

#### **Pela democracia e o socialismo – publicação do Comité de Organização dos Socialistas Internacionalistas da Argélia (COSI)**

nº 11 nova série, 5-19 de Fevereiro de 2022

#### **Não ao corporativismo! Sim à independência dos sindicatos operários!**

(excertos)

**O** REGIME DEU A MELHOR prova do medo que tem de que a força potencial dos trabalhadores se transforme em força organizada. Em Outubro passado, Abdelmagid Teboune dera ordem ao governo para redigir uma nova lei da actividade sindical. Três meses depois, o projecto foi apresentado e adoptado pelo Conselho de Ministros. Prevê-se que seja levado à discussão da Assembleia Nacional para ter “força de lei”. Quando de supor que a venha a ter? Ninguém sabe.

(...) A situação actual é contraditória e insustentável a prazo: essas mesmas leis em vigor fazem com que, nas empresas públicas, coabitem a secção sindical (em geral da UGTA) e uma estrutura de “participação” integrada na gestão da empresa e responsável por todas as actividades do pessoal fora da produção. É esta estrutura que é reconhecida pela direcção das empresas e pelas autoridades públicas.

Para já, mantêm-se as estruturas verticais dos sindicatos, uniões locais e de wilaya e federações sectoriais. Com a secção sindical de base, estas estruturas alicerçam a central sindical. A sua existência como aparelho da central sindical é contraditória com o novo projecto de lei das actividades sindicais.

Dois pontos a reter. Ao nível das empresas, suprime-se a dualidade. As secções sindicais dão lugar a “comités de participação”, cuja composição já não abrangerá somente sindicalistas, mas também não sindicalizados. Os “comités de participação” passarão, assim, a ser órgãos de acompanhamento da política das empresas. As uniões locais, de wilaya e as federações passarão a emanar delas em vez de, como actualmente, emanarem de congressos de sindicalistas designados pela base. Este é o primeiro ponto. O segundo ponto completa o anterior. O comunicado do governo indica que está em causa pôr os sindicatos “*ao abrigo de manobras partidárias e políticas*”, proibindo a adesão ao sindicato de trabalhadores organizados num partido ou organização política. Pela lei, o regime arroga-se o direito de decidir quem pode e quem não pode ser membro do sindicato. É o regresso à “unicidade” que proíbe a liberdade sindical. Os sindicatos operários são conquistas da luta dos trabalhadores. Assentam na defesa dos interesses materiais e morais dos trabalhadores. Para cumprir esta missão, têm que ser independentes do patronato e do Estado. Com estes dois pilares, eles unem os trabalhadores sindicalizados, sem nenhum exclusivo. Todas as experiências de um século de luta de classes mostram a vontade tenaz das burguesias de destruí-los como sindicatos, integrando-os na política do patronato e nas estruturas dos Estados burgueses. A constituição da UGTA está directamente ligada à luta dos trabalhadores pela independência nacional. Semiconscientemente, eles usaram-na para afirmar as suas aspirações logo que obtida a independência. A sua existência independente do poder que se estava a constituir constituía um obstáculo à “marcha triunfal” para a “unicidade” do Estado e a instauração do regime do partido único. Este teve de recuperá-la e integrá-la pela cúpula na política do Estado. Fê-lo com brutalidade

no seu congresso de 1964, expulsando a sua direcção saída da revolução argelina. Todas as tentativas, durante quase 60 anos, para destruir o seu carácter sindical, têm falhado, ainda que tenha conseguido manter o controlo na sua dependência por todo esse tempo. (...)

O projecto continua, no entanto, por adoptar. Não deixemos que o seja. É possível. As direcções da UGTA e da CSA que rejeitem o projecto de lei e recusem “concertar-se” com o poder. Que digam claramente: “O projecto de lei não é passível de modificação! Retirem-no!” Esta batalha é hoje a mãe de todas as batalhas. A preservação dos sindicatos operários depende dela. Integrando ela, evidentemente, as lutas actuais pela satisfação das reivindicações democráticas e sociais (...).

A rejeição do projecto de lei e a luta pela satisfação das reivindicações estão inseparavelmente ligadas. Dizemos, com os trabalhadores: “Direcções da UGTA e da CSA, cumpram os vossos mandatos! Apelem, organizem uma marcha central sobre Argel, onde tudo se decide, dos trabalhadores do país pela satisfação das reivindicações!”, “Apelem e organizem em todo o país, em todas as empresas, nas escolas, nos liceus e nas universidades, assembleias gerais para que os trabalhadores discutam e decidam a acção a tomar!” Esta é a única via que pode travar o braço do regime.

É com esta orientação que nos batemos e com ela apelamos aos militantes classistas a lutarem ao nosso lado. Apelamos a que se unam e organizem para constituir juntos o Movimento pelo Partido Operário que adiantará a hora em que se constituirá o partido operário, o partido de toda a classe trabalhadora, a ferramenta que tem faltado e falta ainda à luta dos trabalhadores. ●

**Argélia, 5 de Fevereiro de 2022**

## ● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

### >>> Azânia/África do Sul

#### **Black Republic**

**(República Negra), publicada pela secção azaniana da IVª**

**Internacional (ASFI), nº 28, Janeiro de 2022**

#### **Apoio à greve na Clover**

**A** CRISE DO DESEMPREGO NA África do Sul /Azânia, que hoje atinge o pasmoso número de 12,5 milhões de desempregados, é o resultado daquilo a que chamam as medidas de austeridade, que requerem reestruturações e o emagrecimento das aquisições e fusões, assim como o realinhamento da estratégia das empresas de modo a maximizar os resultados. Por outras palavras, a empresa está fixada no lucro e os lucros passam à frente das pessoas.

Houve muitas aquisições e fusões (...). Estes investidores estrangeiros não têm nenhum outro interesse além de lucrar com a mão-de-obra barata oferecida pela classe operária negra. Para isso, precisam de quebrar os rins ao movimento operário organizado. Vem daí a introdução de "Labour Brokers"<sup>(1)</sup> e as emendas ao Código do Trabalho que precarizaram ainda mais a situação dos trabalhadores(...)

É impossível não ficar surpreendido com a aprovação do resgate da Clover pela Milco por Ebrahim Patel, antigo secretário-geral de um sindicato e actual Ministro do Comércio, da Indústria e da Concorrência. Os multimilionários israelitas Dorit e Dudu Wertheim são proprietários da Milco e da Israel Central Bottling Company, a maior empresa de engarrafamento de Israel, possuindo uma franquia da Coca-Cola e de muitas outras marcas nos Estados Unidos e no mundo. Acresce que o fundador da em-

presa israelita, Mosche Wertheim, era igualmente oficial do Mossad durante o regime de apartheid na África do Sul. Israel era o principal sustém do regime de apartheid. O Mossad e a federação sindical israelita *Histadrut* participaram activamente no apoio ao governo de apartheid na África do Sul, fornecendo-lhe armas, equipamentos militares e armamento nuclear israelitas, em violação da política externa do país em matéria do conflito israelo-palestino.

A secção azaniana da IVª Internacional (ASFI) dá o seu apoio aos cinco mil trabalhadores da Clover em greve desde 22 de Novembro de 2021 e compromete-se a ser solidária e apoiar activamente as reivindicações dos sindicatos de trabalhadores da Clover: a General Industrial Workers Union (GIWUSA) e a Food and Allied Workers Union (FAWU).

A greve começou depois de três meses de conflito sobre as medidas de reestruturação na Clover. A empresa deseja reduzir os seus custos salariais em 300 milhões de rands, despedindo várias centenas de trabalhadores, reduzindo os salários 20 a 50%, instaurando uma semana de trabalho de seis dias com obrigação de trabalhar nos dias feriados e reduzindo a um por camião o número de trabalhadores encarregados de descarregar lacticínios.

A greve começou no dia 22 de Novembro de 2021, quando a empresa anunciou medidas de austeridade que acarretavam reduções de pessoal. No fim do mês de Novembro de 2021, quase 800 trabalhadores foram despedidos. Entre Março e Junho de 2021, duas fábricas foram fechadas.

Os sindicatos FAWU e GIWUSA afirmam que mais 822 trabalhadores poderão perder o emprego em Fevereiro se a Clover levar a efeito o seu projecto de deslocalização da filial City Deep para Boksburg. A Clover prevê igualmente fechar três fábricas nas províncias de Noroeste e Estado Livre.

Tal violaria o acordo celebrado

quando do resgate da empresa, que estipulava que não houvesse redução de efectivos antes de Outubro de 2022. (...)

#### **Apelo à nacionalização da indústria leiteira**

O sindicato GIWUSA (General Industrial Workers Union) pediu igualmente a nacionalização da empresa, a protecção total de todos os empregos e a paragem de todos os encerramentos anunciados pela empresa em todo o país. (...)

#### **Guerra contra a classe trabalhadora e ataques aos sindicatos**

Os trabalhadores têm recusado uma revisão das condições de emprego que reduza os seus salários 20 a 50%. É um ataque directo às conquistas da negociação colectiva conseguidas pelo movimento sindical.

O gigante leiteiro Clover anulou os prémios dos empregados que iniciaram uma greve protegida a 22 de Novembro. É uma violação do Código do Trabalho, que consagra o direito à greve protegida e prevê que os trabalhadores que decidam fazer greve não possam ser sujeitos a medidas discriminatórias. (...)

Apelamos a todos os sindicatos operários, aos seus filiados e aos seus dirigentes para dizerem basta! e porem termo àquilo que já mereceu o nome de "sangria" do emprego. Temos, no entanto, de passar da simples publicação de declarações a organizar pequenas concentrações e piquetes de greve um pouco por toda a parte, encorajar greves de solidariedade e greves secundárias para unir a classe operária debaixo da bandeira da frente única e lutar para romper o garrote do capital sobre os sindicatos organizados na África do Sul/Azânia. Temos de preparar a classe operária para tomar o poder na África do Sul/Azânia.

#### **Notas:**

<sup>(1)</sup> Os "Labour Brokers" são empregadores de mão-de-obra a que as empresas recorrem. São intermediários entre empregador e trabalhador.



## Brasil

### Que futuro para o Partido dos Trabalhadores?

**N**O DIA 11 DE FEVEREIRO, Lula – dirigente histórico do Partido dos trabalhadores (PT) e candidato à eleição presidencial de Outubro de 2022 – voltou a se reunir com Geraldo Alckmin. Lula praticamente acertou a aliança para ter Alckmin como seu candidato a vice-presidente, mesmo se o diretório nacional do PT não se pronunciou. Quem é Alckmin? Um político burguês reaccionário, que esteve onze anos à frente do governo paulista como privatista e inimigo dos serviços públicos. Em seus governos, organizou uma força policial de extrema brutalidade e extermínio contra pobres e negros da periferia. Foi responsável pela desocupação militar violenta de um acampamento de sem-teto na cidade de São José dos Campos, há dez anos. O terreno tinha como alegado proprietário um milionário. Ficou sem utilização social. Em 2016, Alckmin defendeu o golpe para destituir a presidente Dilma, do PT, declarando: “*O Brasil não pode adiar mais reformas estruturantes, (...) precisa ter ação e não inação*” Em 2018, como candidato a Presidente da República, declarou: “*Nós sempre estivemos do outro lado que não o do PT. (...) Entendo que o PT não é o caminho, isso é retroceder.*” Alckmin ainda não decidiu em qual partido será candidato ao lado de Lula: PSB ou PSD. O Partido Social-Democrático (PSD) é um partido abertamente de direita e que participa atualmente do governo Bolsonaro. Já o Partido Socialista do Brasil (PSB) – contrariamente ao que seu nome pode fazer pensar –, é um partido burguês. Em 2016, dos trinta e dois deputados federais do PSB, vinte e nove votaram pelo *impeachment* da presidente Dilma. Na contrarreforma da Previdência, já no governo Bolsonaro, os deputados do PSB deram onze votos a

favor. Mas por que essa aliança contra a natureza das coisas? Os setores capitalistas do país e o imperialismo sabem que os trabalhadores e uma parcela enorme do povo querem votar em Lula para derrotar Bolsonaro e sua política econômica de desemprego, fome e miséria. Bolsonaro não tem a menor chance de ganhar de Lula e não há candidato alternativo na direita com essa capacidade. Por isso, importantes setores financeiros buscam uma maneira de garantir seus interesses negociando antecipadamente com Lula e a cúpula do PT um governo de União Nacional. Quando Lula declarou que seu futuro governo revogaria a contrarreforma das leis trabalhistas aprovada no governo Temer, Alckmin foi o primeiro em dizer que não se trata de revogar nada. E isso não é tudo. Uma lei aprovada recentemente permite aos partidos se “fusãoar” numa “agremiação partidária”. Para o PT, especificamente, numa federação com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, sobretudo, com dois partidos burgueses: o Partido Verde e o PSB. Esta “federação” teria o seu próprio programa e seria a única habilitada a apresentar-se a eleições. O diretório seria um “conselho político da federação” em que a antiga direção do PT teria vinte e sete assentos, com a minoria com direito a veto. Em outros termos, o Partido dos Trabalhadores, fundado pela classe trabalhadora para por fim à ditadura militar, será dissolvido em uma federação sem conteúdo de classe ao lado de representantes dos patrões. Quando de sua fundação, há 42 anos, sua consigna era “Um partido sem patrões”: um partido de classe e independente. A federação interclassista e a aliança com Alckmin são o contrário disso. Em seu manifesto de fundação, o PT tinha como lema: “*O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores*”. É isso o que muitos dos seus militantes continuam defendendo. ●

**Anísio Garcez Homem**

## México

### Transición

órgão de imprensa da Liga Comunista Internacionalista (CORQI), nº 31, Janeiro de 2022

### Três meses de greve dos professores primários da Baixa Califórnia

**O** ANO PASSADO, em Novembro, começou uma greve das secções do SNTE (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Educação, NdT) na Baixa Califórnia, que reivindicava o pagamento dos salários dos professores temporários, prémios e vários salários em atraso dos aposentados. Segundo a imprensa, os valores em atraso orçavam por 52 milhões de pesos em finais de Outubro.

As reivindicações agitadas durante a greve têm de ganhar rapidamente. Alguns professores têm salários em atraso há dois anos, outros trabalharam anos lectivos inteiros sem o governo da Baixa Califórnia nem o Estado federal reconhecerem o seu trabalho. Noutros casos, são atrasos de pagamento de salários de todo o género e de vários prémios aos aposentados. Acresce a regularização dos lugares de professor.

Para além da gestão governamental, muito discutível, do orçamento das últimas administrações (desvios de fundos, malversações...), a maior parte dos problemas provém da aplicação da reforma educacional de Peña Nieto, que, na Baixa Califórnia, provocou a reforma antecipada de milhares de professores e o recrutamento urgente de centenas de temporários. Acresce-lhe a opacidade de gestão na atribuição de lugares temporários, promoções e postos do quadro pelas direcções sindicais. Tudo, obstáculos ao bom desenrolar da escolarização de cen-

>>> tenas de milhar de crianças, um obstáculo à estabilidade e segurança no trabalho de milhares de professores.

Se bem que as reivindicações sejam plenamente legítimas, há necessidade de perguntar que métodos foram utilizados para organizar a greve, métodos que impediram que se exercesse a pressão necessária para dar solução ao conflito. Em primeiro lugar, pergunte-se que papel desempenharam as direcções sindicais. Nunca as direcções consultaram a base. No caso da secção 37, constituída por professores primários da Baixa Califórnia, a ausência de democracia é evidente: a greve foi decidida e depois parada, em Novembro, sem consultar os professores, e acabou sem as reivindicações serem atendidas, unicamente com base em promessas feitas pelo governo do Estado da Baixa Califórnia.

Para os que, durante décadas, dirigiram o SNTE, a falta de participação da base nas decisões é considerada natural. As direcções actuais, ainda que tenham sido

eleitas recentemente por sufrágio universal nada mudaram nos seus métodos.

Desde o início que a votação foi “arranjada”, quando, para se ser eleito, era preciso ser membro de um comité executivo anterior. Ninguém podia, portanto, ser eleito pela base se não fizesse parte de um grupo ligado à direcção sindical. O cúmulo é que as campanhas para votar se fizeram sem discussão dos programas ou propostas, com os velhos métodos de transporte de votantes e de votação corporativista, onde quem era visível era quem tivesse gasto mais na campanha.

A má participação tem consequências: desinteresse, falta de implicação na luta e na greve. Isso, por sua vez, reforça o apoliticismo do corpo docente. Os professores não fazem sua a luta em curso, delegando a solução na direcção sindical.

A acção dos fura-greves fica, assim, facilitada, com as aulas virtuais. Tal foi objecto de denúncia dos estudantes da Escola Nacional e da Universidade Pedagógica

Nacional, que foram obrigados a terminar o semestre assim.

Além disso, a greve desenrolou-se sem manifestações de rua, sem mais pressão que não fossem as imagens de aulas vazias, o que, na realidade, no contexto da pandemia, nada mudou em relação aos meses anteriores.

Esta greve é invisível para a sociedade como um todo. Não houve campanhas para organizar giros de grevistas, presenças nos semáforos, manifestações ou outras acções que pudessem chamar a atenção.

Na prática, abandonou-se a criação de uma frente comum com os pais e os jovens abrangidos, quando pais e jovens têm comum interesse em conseguir que acabe a falta de professores e o constante défice de substitutos. Os jovens querem voltar para as aulas e andar para a frente. Também não se formou aliança com outras organizações sociais ou populares. ●

## *A Internacional*

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

**Assina!**

Assino *A Internacional* - 6 números: 24 euros

Apelido, nome: .....

Endereço: .....

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

## *A Internacional*

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa



